



CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 005/2025

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN

OBJETO

Execução de obras de engenharia na ampliação do prédio da Escola Municipal Pe. Francisco Rafael Fernandes, através da construção de cinco salas de aula.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 311.159,00 (trezentos e onze mil, cento e cinquenta e nove reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 09/05/2025 às 10:00horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior Desconto sobre o preço de referência no projeto básico. O licitante que apresentar proposta de preço com valor inferior será desclassificado da disputa.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim.



Sumário

1. DO OBJETO	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA	9
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA....	14
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, ANÁLISE PRELIMINAR DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	16
7. DA FASE DE JULGAMENTO	18
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	19
11.....DOS RECURSOS.....	24
12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	26
13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	31
14.DAS GERAIS.....DISPOSIÇÕES	32



EDITAL N.º 005/2025

CONCORRÊNCIA N.º 005/2025

(Processo Administrativo n.º 2025.03.0071)

Torna-se público que o Município de São Fernando/RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sediado à Rua Capitão João Florêncio, n.º 45, Centro, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma PRESENCIAL, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 037/2021, alterado pelo Decreto Municipal n.º 523/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A abertura do certame está prevista para o dia 09 de Maio de 2025, às 10:00 horas, horário de Brasília/DF, na sede da Prefeitura Municipal. O modo de disputa é aberto e o critério de julgamento é o de maior desconto sobre o preço de referência.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a execução de obras de engenharia na ampliação do prédio



da Escola Municipal Pe. Francisco Rafael Fernandes, através da construção de cinco salas de aula, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2.A disputa desta licitação ocorrerá de forma geral pelo critério de maior desconto sobre o preço de referência constante na planilha orçamentária.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1.Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente cadastrados na Prefeitura Municipal.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento até trinta minutos anterior à hora prevista para a abertura da sessão.

2.2.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais



relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5.Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e do Decreto Federal n.º 8.538, de 2015.

2.6.Não poderão disputar esta licitação, conforme o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/21:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou



detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, uma vez que a complexidade dos serviços de engenharia/obras dispensa a necessidade de reunião consorciada para executar, seja no tocante a capacidade técnico-operacional como técnico-profissional;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.7.O impedimento de que trata o item 2.6.47 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8.A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos



projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.



3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

3.1. Na presente licitação, excepcionalmente, a fase de habilitação antecederá as fases de análise de propostas, lances e de julgamento, para afastar das fases de análise de propostas, lances e julgamento aquelas participantes sem condição de habilitação.

3.1.1. Justificativa. A abertura com análise de propostas e lances verbais somente provocaria tumultos, com muitos licitantes sem a menor condição técnica para executar o objeto, oferecendo lances. Isso, indiretamente, prejudicaria os licitantes mais qualificados, pois uma vez submetidos a essa competição desleal, mesmo depois de os incompetentes desclassificados, seriam obrigados a assumir preços semelhantes para afastar a possibilidade de formação de cartel.

3.2. Os licitantes encaminharão, materialmente, por cópias autenticadas em cartórios de notas ou conferidas com os originais por membros da equipe de apoio do Agente de Contratação de São Fernando/RN, em datas anteriores ao da licitação, a documentação e a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Na apresentação da proposta inicial, o licitante manifestará de forma consciente, que:



3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



3.6.O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.7.Encerrada a fase de lances, o Agente de Contratação averiguará possíveis situações de empate técnico nos termos dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, e convidará o representante da empresa com direito ao tratamento diferenciado a dar um lance para desempatar.

3.8.Por óbvio, caso todas as empresas concorrentes se enquadrem na condição de microempresa, empresa de pequeno porte, empresa individual de responsabilidade limitada, sociedade cooperativa, empreendedor individual de que trata o art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos arts. 42 a 49 desta norma federal.

3.9.A falsidade da declaração de qualquer dos itens acima para a proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.



3.10. Os licitantes poderão retirar a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente apresentados, até a abertura da sessão pública.

3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e antes da fase de manifestação de lances.

3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a carta comercial dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.13. Com fundamento no art. 57 da Lei Federal n.º 14.133/21, quando da fase de lances o licitante somente poderá ofertar, para efeito de consumação de seu valor final, desconto máximo condicionado às seguintes regras:

3.13.1. A aplicação de valores percentuais em números com intervalos de, no mínimo, um ponto percentual, do último lance ofertado; e o lance intermediário não poderá ser superior a cinco pontos percentuais.

3.13.2. Os lances serão encerrados pelo Agente de Contratação sempre que o desconto percentual alcançar a cifra de 75% (setenta e



cinco por cento) do orçamento determinado pela Administração. Ou seja, o percentual em disputa fica limitado em 25% (vinte e cinco por cento), em conformidade com o §4.º do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.14. Caso o desconto percentual atinja equivalência ao disposto no subitem 3.13.2, o licitante concorrente somente poderá ser considerado vencedor e assinar contrato a posteriori se, conforme previsão do §5.º do art. 59 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, declarar formalmente logo após a apuração do resultado que no ato de assinatura do contrato apresentará garantia adicional no valor equivalente a diferença dos 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento produzido pela Administração para o valor total de referência.

3.14.1. A forma de garantia exigida na cabeça deste subitem poderá ser qualquer uma das previstas no §1.º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a critério do contratado.

3.14.2. A garantia adicional alhures não se confunde com a garantia contratual prevista no art. 98 ou a de proposta predito no art. 58 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.15. Conforme profetizado no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a Administração exigirá garantia contratual equivalente a 10% (dez por cento) do valor global do contrato, a ser apresentada até a data da assinatura do



instrumento contratual, sob pena de decadência daquele.

3.16. Também será exigida garantia de proposta na forma do subitem 4.8 do Termo de Referência.

3.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de lance ofertado pelos concorrentes.

3.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao Agente de Contratação qualquer acontecimento ilícito que possa comprometer seus interesses.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá apresentar sua proposta semelhante a planilha do orçamento de referência, lincada em todos os campos de preços unitários e totais para o desconto ofertado ocorrer simetricamente em toda a planilha.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



4.9.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, ANÁLISE PRELIMINAR DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente apresentados, até a abertura da sessão pública.

5.3.Iniciada a etapa competitiva, o Agente de Contratação, considerando que o critério para a disputa é o de **maior desconto**; considerando a determinação expressa no subitem 4.1 deste Edital; fará sorteio entre os licitantes habilitados e, portanto, classificados à fase competitiva, para escolher aquele que iniciará a manifestação de lance verbal, sendo intimado a dar novo lance depois que todos os licitantes classificados tenham feito.

1	...	...
2	...	...
3	...	...
4	...	...
5	...	...
6	...	...
7	...	...
8	...	...
9	...	...
10	...	...
11	...	...
12	...	...
13	...	...
14	...	...
15	...	...
16	...	...
17	...	...
18	...	...
19	...	...
20	...	...
21	...	...
22	...	...
23	...	...
24	...	...
25	...	...
26	...	...
27	...	...
28	...	...
29	...	...
30	...	...
31	...	...
32	...	...
33	...	...
34	...	...
35	...	...
36	...	...
37	...	...
38	...	...
39	...	...
40	...	...
41	...	...
42	...	...
43	...	...
44	...	...
45	...	...
46	...	...
47	...	...
48	...	...
49	...	...
50	...	...
51	...	...
52	...	...
53	...	...
54	...	...
55	...	...
56	...	...
57	...	...
58	...	...
59	...	...
60	...	...
61	...	...
62	...	...
63	...	...
64	...	...
65	...	...
66	...	...
67	...	...
68	...	...
69	...	...
70	...	...
71	...	...
72	...	...
73	...	...
74	...	...
75	...	...
76	...	...
77	...	...
78	...	...
79	...	...
80	...	...
81	...	...
82	...	...
83	...	...
84	...	...
85	...	...
86	...	...
87	...	...
88	...	...
89	...	...
90	...	...
91	...	...
92	...	...
93	...	...
94	...	...
95	...	...
96	...	...
97	...	...
98	...	...
99	...	...
100	...	...



5.4.O lance deverá ser ofertado pelo valor total, com link em todos os preços unitários e totais, de modo que o percentual ofertado repercuta igualmente sobre todos os preços constantes na planilha.

5.5.O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá sobre todos os preços planilhados será de um ponto percentual.

5.6.Como o modo de disputa nesta licitação é “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos até o limite estabelecido no subitem 3.13.2 deste Edital, ou em face de peculiaridades particulares resolva parar antes do limite máximo.

5.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de trinta minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente por igual período quando houver necessidade para conclusão das negociações.

5.6.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de até 10% (dez por cento) maior que a primeira; e sendo aquela empresa de grande porte e esta enquadrada nos padrões definidos na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, para o recebimento do benefício de tratamento diferenciado, o Agente de Contratação o facultará a apresentação de um novo lance para desempate e,



consequentemente, a consagração da adjudicação do objeto.

5.6.3. No procedimento de que trata o subitem anterior, o licitante enquadrado como favorecido poderá optar por manter o seu último lance, abdicando, por conseguinte, da adjudicação do objeto licitado.

5.6.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte, pela ordem, que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.7. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, e tendo este certame a inversão de fases declarada e realizada nos termos deste Edital, de modo não haver mais a necessidade de análise da documentação, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública por até vinte e quatro horas, para que o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar apresente em nova proposta, colunas



específicas ao lado das originais, com os preços negociados, com o valor final consequente das negociações.

6.1.1. Esta nova proposta será apresentada impressa em papel A4 devidamente assinada pelo representante licitante e bem como pelo profissional responsável técnico pelos serviços de engenharia, e por meio digital no excel, em pen drive, para fins de análise técnica em relação a preços e quantitativos, além da possível conflagração de jogo de planilha;

6.1.2. Verificado erro de consequência inferior ao desconto ofertado, assim como alteração de quantitativos, a proposta será desclassificada, uma vez que caracteriza má-fé;

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral organizado pela Prefeitura Municipal, com validade máxima de



um ano, caso a Prefeitura tenha realizado o registro cadastral.

7.2.Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3.Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico/Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de



20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório de notas e cópia conferida pela equipe de apoio da Comissão de Licitação, em dias anteriores ao marcado para a abertura da sessão pública para recebimento das propostas de preços e a documentação.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de São Fernando, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021).

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas



de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve comparecer mediante agendamento prévio, sob pena de inabilitação, para fazer a vistoria do local e das condições de realização do serviço, recebendo da Prefeitura Municipal a certidão de comparecimento e de que vistoriou o local e inteirou-se das condições da realização do serviço, que será juntada na documentação de habilitação.

7.9. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas, lances e julgamento, os licitantes encaminharão, em envelopes indevassáveis separados, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com os preços.

7.9.2. Considerando que nesta licitação a fase de habilitação será anterior ao julgamento das propostas, a documentação relativa às

2. The second part of the document focuses on the implementation of these practices across different departments. It provides a detailed overview of the roles and responsibilities of each team, as well as the specific steps required to ensure compliance with the established protocols. This section also addresses any challenges that may arise during the implementation process and offers strategies to overcome them.

3. The third part of the document discusses the ongoing monitoring and evaluation of the implemented measures. It highlights the need for regular audits and reviews to ensure that the system remains effective and efficient. This section also includes a discussion on the importance of communication and collaboration between all stakeholders involved in the process.

4. The final part of the document provides a summary of the key findings and conclusions. It reiterates the importance of maintaining accurate records and the need for continuous improvement. This section also offers recommendations for future research and development, as well as a call to action for all employees to adhere to the established standards.



exigências do art. 62 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal n.º 14.133/21, art. 64):

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão o declarará inabilitado, e examinará a documentação subsequente e assim sucessivamente, até a seleção dos licitantes que atendam ao presente edital.



7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante declarado habilitado, com direito a abertura da proposta na fase seguinte.

7.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

4. The fourth part of the document discusses the implications of the findings for future research and practice. It suggests that the results of this study could be used to inform policy decisions and to guide the development of new programs and initiatives.

5. The fifth part of the document provides a summary of the key points discussed in the previous sections. It reiterates the importance of accurate record-keeping and the need for ongoing monitoring and evaluation of the system.

6. The sixth part of the document includes a list of references to the sources of information used in the study. It also includes a list of appendices that provide additional details about the data and the analysis.

7. The seventh part of the document is a conclusion that summarizes the overall findings of the study and provides a final statement about the significance of the results.

8. The eighth part of the document is a list of footnotes that provide additional information about the study and the authors. It also includes a list of acknowledgments that thank the individuals and organizations that provided support and assistance during the course of the research.

9. The ninth part of the document is a list of figures and tables that are included in the study. It provides a brief description of each figure and table and explains how they are used to present the data.

10. The tenth part of the document is a list of abbreviations and acronyms that are used throughout the study. It provides a clear definition for each term and explains how it is used in the context of the research.



8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados escritos em envelope específico com a identificação da empresa recorrente.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



8.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1.Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra quando solicitado; ou

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,

1	...	...
2	...	...
3	...	...
4	...	...
5	...	...
6	...	...
7	...	...
8	...	...
9	...	...
10	...	...
11	...	...
12	...	...
13	...	...
14	...	...
15	...	...
16	...	...
17	...	...
18	...	...
19	...	...
20	...	...
21	...	...
22	...	...
23	...	...
24	...	...
25	...	...
26	...	...
27	...	...
28	...	...
29	...	...
30	...	...
31	...	...
32	...	...
33	...	...
34	...	...
35	...	...
36	...	...
37	...	...
38	...	...
39	...	...
40	...	...
41	...	...
42	...	...
43	...	...
44	...	...
45	...	...
46	...	...
47	...	...
48	...	...
49	...	...
50	...	...
51	...	...
52	...	...
53	...	...
54	...	...
55	...	...
56	...	...
57	...	...
58	...	...
59	...	...
60	...	...
61	...	...
62	...	...
63	...	...
64	...	...
65	...	...
66	...	...
67	...	...
68	...	...
69	...	...
70	...	...
71	...	...
72	...	...
73	...	...
74	...	...
75	...	...
76	...	...
77	...	...
78	...	...
79	...	...
80	...	...
81	...	...
82	...	...
83	...	...
84	...	...
85	...	...
86	...	...
87	...	...
88	...	...
89	...	...
90	...	...
91	...	...
92	...	...
93	...	...
94	...	...
95	...	...
96	...	...
97	...	...
98	...	...
99	...	...
100	...	...



quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;



9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. A gradação das multas será definida no Projeto Básico/Termo de Referência e ficará adstrita aos parâmetros do subitem 11.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade

1	100	100
2	100	100
3	100	100
4	100	100
5	100	100
6	100	100
7	100	100
8	100	100
9	100	100
10	100	100
11	100	100
12	100	100
13	100	100
14	100	100
15	100	100
16	100	100
17	100	100
18	100	100
19	100	100
20	100	100
21	100	100
22	100	100
23	100	100
24	100	100
25	100	100
26	100	100
27	100	100
28	100	100
29	100	100
30	100	100
31	100	100
32	100	100
33	100	100
34	100	100
35	100	100
36	100	100
37	100	100
38	100	100
39	100	100
40	100	100
41	100	100
42	100	100
43	100	100
44	100	100
45	100	100
46	100	100
47	100	100
48	100	100
49	100	100
50	100	100
51	100	100
52	100	100
53	100	100
54	100	100
55	100	100
56	100	100
57	100	100
58	100	100
59	100	100
60	100	100
61	100	100
62	100	100
63	100	100
64	100	100
65	100	100
66	100	100
67	100	100
68	100	100
69	100	100
70	100	100
71	100	100
72	100	100
73	100	100
74	100	100
75	100	100
76	100	100
77	100	100
78	100	100
79	100	100
80	100	100
81	100	100
82	100	100
83	100	100
84	100	100
85	100	100
86	100	100
87	100	100
88	100	100
89	100	100
90	100	100
91	100	100
92	100	100
93	100	100
94	100	100
95	100	100
96	100	100
97	100	100
98	100	100
99	100	100
100	100	100



para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas as informações de que trata o §4.º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Ente Federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no inciso IV do art. 156, combinado com os incisos elencados no §5.º do art. 156, relacionados ao art. 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo máximo de 3 (três) anos e seis meses.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço,



ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1	191	191
2	192	192
3	193	193
4	194	194
5	195	195
6	196	196
7	197	197
8	198	198
9	199	199
10	200	200
11	201	201
12	202	202
13	203	203
14	204	204
15	205	205
16	206	206
17	207	207
18	208	208
19	209	209
20	210	210
21	211	211
22	212	212
23	213	213
24	214	214
25	215	215
26	216	216
27	217	217
28	218	218
29	219	219
30	220	220
31	221	221
32	222	222
33	223	223
34	224	224
35	225	225
36	226	226
37	227	227
38	228	228
39	229	229
40	230	230
41	231	231
42	232	232
43	233	233
44	234	234
45	235	235
46	236	236
47	237	237
48	238	238
49	239	239
50	240	240
51	241	241
52	242	242
53	243	243
54	244	244
55	245	245
56	246	246
57	247	247
58	248	248
59	249	249
60	250	250
61	251	251
62	252	252
63	253	253
64	254	254
65	255	255
66	256	256
67	257	257
68	258	258
69	259	259
70	260	260
71	261	261
72	262	262
73	263	263
74	264	264
75	265	265
76	266	266
77	267	267
78	268	268
79	269	269
80	270	270
81	271	271
82	272	272
83	273	273
84	274	274
85	275	275
86	276	276
87	277	277
88	278	278
89	279	279
90	280	280
91	281	281
92	282	282
93	283	283
94	284	284
95	285	285
96	286	286
97	287	287
98	288	288
99	289	289
100	290	290



9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial do município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por



forma eletrônica por meio do e-mail:
ccontratacaosf@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sítio eletrônico do município e bem com franqueada vista nos autos do processo licitatório.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

1. The first part of the report is a general introduction to the subject of the study. It discusses the importance of the problem and the objectives of the research. The second part of the report is a detailed description of the methods used in the study. This includes a description of the experimental setup, the data collection procedures, and the statistical methods used to analyze the data. The third part of the report is a discussion of the results of the study. This includes a description of the main findings, a comparison of the results with previous studies, and a discussion of the implications of the findings. The fourth part of the report is a conclusion and a list of references. The conclusion summarizes the main findings of the study and provides a final statement on the importance of the research. The references list the sources of information used in the study.



11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.pmsfrn.gov.br

11.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



11.10.1.ANEXO I – Projeto Básico/Termo de Referência

11.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.10.2.ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

São Fernando/RN, 23 de abril de 2025.

JOÃO BOSCO DA SILVA

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Lazer



**PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA
PARA A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º
005/2025**

(Processo Administrativo n.º 2025.03.0071)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a execução de obras de engenharia na ampliação do prédio da Escola Municipal Pe. Francisco Rafael Fernandes através da construção de cinco salas de aula, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Projeto Básico/Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Neste caso o Estudo Técnico Preliminar consiste dos projetos arquitetônico, estrutural, memorial descritivos, orçamentos e registro de responsabilidade técnica pelos profissionais responsáveis pela elaboração do estudo técnico.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato, podendo prorrogar-se até cinco anos na forma do art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

1.4.1. A execução das obras se dará no prazo indicado no Cronograma Físico-Financeiro, que



poderá ser dilatado por simples apostilamento até o limite destacado no subitem 1.4.

1.4.2. Caso a execução se estenda para mais de um exercício financeiro faz-se necessário a indicação de créditos orçamentários na lei orçamentária anual.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto nos instrumentos de planejamento da Administração Pública indicados no tópico 13 do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O ciclo de vida do objeto, ou seja, da obra é por demais longínquo, posto se tratar de materiais com durabilidade ad eternum. Porém em se tratando de objeto contratual e de exigência de robustez o ciclo



de garantia segundo o Código Civil – Lei Federal n.º 10.406/2002, art. 618, o empreiteiro responderá de forma irredutível pelo prazo de cinco anos pela solidez dos serviços e dos materiais empregados, combinado com o §6.º do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos para a concretização da contratação:

I - Que os materiais a serem empregados na obra seja de boa qualidade;

II - No que diz respeito ao tipo de material terá de ser comum no mercado, pois caso venha apresentar defeitos, possa ser substituído sem a necessidade de aplicar novo material em todo o prédio.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

I. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação.

II. A subcontratação, caso exista, fica limitada a 50% (cinquenta por cento), e a subcontratada terá de



apresentar a qualificação técnica-profissional semelhante à da empresa contratada.

III. A responsabilidade técnica pela qualidade e solidez da obra subcontratada/sublocada é solidária com a contratada inicial:

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantias exigidas

4.4. As garantias exigidas são as seguintes:

a) Garantia adicional no caso previsto no subitem 3.14 do Edital;

b) Garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor do orçamento de referência, a ser apresentada juntamente com a documentação;

c) Garantia de contrato correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, a ser apresentada no prazo estipulado no subitem 4.5 deste Termo de Referência.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.5.1. Conforme disposição no §3.º do art. 96, para a garantia na modalidade seguro-garantia o prazo para a apresentação da apólice é de trinta dias, contados da data da homologação do certame.



4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Garantia de proposta

4.7. Como pré-requisito à participação no certame, com base no art. 58 da Lei Federal n.º 14.133, 2021, será exigida garantia de proposta equivalente a 1% (um por cento) do valor do orçamento de referência, a ser juntada na documentação de habilitação, que será devolvida até dez dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela



empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Da assinatura do contrato

5.1. O licitante adjudicatário tem o prazo de até dez dias, a partir da convocação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, para assinar o Contrato Administrativo sob pena de decadência do direito de contratar e ainda perderá a garantia de proposta.

Condições de execução

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

I - Início da execução do objeto: começa a contar da emissão da ordem de serviço.



II - Descumprimento a partir da ordem de serviço:
enseja sanção de advertência e multa nos termos do subitem 11.1. Se a obra não tiver sido iniciada, após o trigésimo dia de atraso sem justificativa plausível, o contrato será rescindido sumariamente.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados nos locais indicados nos orçamentos básicos.

5.4. Os serviços serão prestados, de preferência, diurnamente, durante oito horas com intervalo para descanso de acordo com a legislação trabalhista.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades especificadas no memorial descritivo.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

I - O serviço será executado em espaço público com relevo semiplano, sem qualquer problema que precise ser corrigido pela Contratada;



II - A depender de ações prévias com causas dadas pelo Contratante, este se responsabilizará pelo conserto sem ônus para a Contratada;

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, sessenta meses, de acordo com o art. 618 do Código Civil, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto em razão da baixa complexidade do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial destinada a apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução da obra.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do



preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a sua execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no referido instrumento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do referido instrumento, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do referido instrumento, em tempo hábil, o seu término sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratuais contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações



contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à sua execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou



pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto para fins de medição e pagamento terá por base a planilha com os quantitativos a serem executados, dentro do orçamento classificado vencedor no processo licitatório.

I - Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produziu os resultados acordados,

b) Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha devidamente detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei Federal n.º 14.133 e Art. 26, I, “a”, do Decreto Municipal n.º 037, de 2021).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.



7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam



sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro



de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 26, I, “b” Decreto Municipal n.º 037, de 2021).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa já efetuados, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma das normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) A data da emissão;
- b) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) O período respectivo de execução do contrato;
- d) O valor a pagar; e
- e) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ou, na impossibilidade de acesso ao referido



sistema SICAF, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 0,03% de correção monetária, por dia de atraso.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Concorrência, sob a forma Presencial, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. Ressalvado o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1. Para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021), o licitante que apresentar desconto igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçamento pela Administração terá sua proposta desclassificada por exequibilidade. Ou seja, se o desconto ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) do valor orçado como referência, a proposta será considerada inexecutável.



Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, à qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.



8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da



Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

I - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

II - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e



III - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração emitida pelo Município de que o licitante compareceu ao local da execução da obra e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



8.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA) em plena validade.

8.30. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.31. Apresentação do(s) profissional(is) que integram o quadro técnico da empresa, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes; (art. 67, I da Lei Federal n.º 14.133/21)

8.32. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.33. Comprovação, pela empresa, de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registradas no conselho profissional - CREA.



8.33.1. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenha valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. E destes itens, a exigência de comprovação é limitada a 50% (cinquenta por cento), conforme previsão dos §§ 1.º e 2.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.35. No caso de inversão de fases a documentação que será exigida para fins de habilitação dos concorrentes participantes é a prevista no art. 62, incisos I, II e IV da Lei Federal n.º 14.133/21. A falta dessa documentação ou a incompletude no tocante a qualificação técnica e econômico-financeira implicará na inabilitação da empresa concorrente.

8.35.1. Os documentos que comprove a regularidade fiscal, ou seja, aqueles previstos pelo art. 62, inciso III da Lei Federal n.º 14.133/21, somente serão exigidos da empresa mais bem classificada, conforme determinação do inciso III do art. 63 do Diploma das Licitações.

8.35.2. A falta de qualquer certidão que ateste a regularidade fiscal ou falha insanável nesta documentação, implicará na inabilitação da empresa



mais bem classificada, convocando-se a segunda mais bem classificada, e assim sucessivamente.

8.35.3. Para evitar instabilidade e confusão, os documentos mencionados no inciso III do art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21, serão apresentados num involucre menor, dentro do envelope destinado à apresentação da documentação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$ 311.159,00 (trezentos e onze mil, cento e cinquenta e nove reais).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: 19000 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer

FUNÇÃO: 12 - Educação

SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental

PROGRAMA: 42 – Ensino Fundamental



AÇÃO: 1.23 – Construção, Ampliação, Reforma de Unidades Educacionais

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

FONTE: 15710000 – Transferências do Estado referentes a Convênios.

FONTE: 25400000 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.DA GRADAÇÃO DAS SANÇÕES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

11.1. As sanções versadas no art. 156 e incisos da Lei Federal n.º 14.133/21, serão aplicadas na seguinte gradação:

I – Advertência é aplicada àqueles casos em que não se verifica má-fé da contratada ou intenção de adimplir as obrigações assumidas. Possui caráter meramente pedagógico.

II – Multa tem natureza pecuniária e pode ser aplicada juntamente com outras sanções. Será aplicada sobre o valor global do contrato, obedecendo o seguinte escalonamento:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) em caso de atraso parcial da execução contratual sem grave dano à Administração. O atraso aqui tolerado é de até 60 (sessenta) dias, a contar do cronograma físico-financeiro da obra e/ou serviço;



- b) 1,0% (um por cento) em caso de atraso parcial da execução contratual com baixo dano à Administração, caracterizado entre 61 (sessenta e um) a 120 (cento e vinte) dias, a contar do cronograma físico-financeiro para a etapa da obra e/ou serviço;
- c) 5,0% (cinco por cento) em caso de atraso parcial da execução contratual com baixo dano à Administração, caracterizado entre 121 (cento e vinte e um) a 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do cronograma físico-financeiro para a etapa da obra e/ou serviço;
- d) 10,0% (dez por cento) em caso de atraso parcial da execução contratual com baixo dano à Administração, caracterizado entre 361 (trezentos e sessenta e um) a 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar do cronograma físico-financeiro para a etapa da obra e/ou serviço;
- e) 20,0% (vinte por cento) em caso de atraso parcial da execução contratual com médio dano à Administração, caracterizado por paralisação com depredação da estrutura já edificada com prazo superior a 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar do cronograma físico-financeiro elaborado para a obra e/ou serviço;
- f) 30,0% (trinta por cento) inexecução definitiva caracterizada a partir de 720 (setecentos e vinte) dias de paralisação e depredação, com gravíssimo dano à Administração.

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração local no caso de atraso caracterizado na alínea “e” deste subitem. Ato que após tramitado

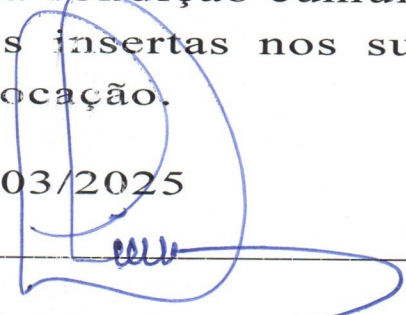


e julgado, tendo a parte sancionada ampla defesa, será publicado na imprensa oficial do município.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública quando a sanção alcançar a alínea “f” deste subitem, com qualquer dos gravames previstos nos incisos IV, V, VIII, IX e X do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/21. Este ato somente será publicado depois de tramitado e julgado, com ampla defesa a parte sancionada, nos jornais oficiais do Município, do Estado do Rio Grande do Norte e da União, e encaminhado ao banco de dados do Governo Federal para inserção na lista de pessoas jurídicas inidôneas perante a Administração Pública.

11.2. Consideram-se na condição cumulativa, no que couber, as disposições insertas nos subitens 9.5 a 9.14 do edital de convocação.

São Fernando/RN, 13/03/2025



JOÃO BOSCO DA SILVA

**Secretário Municipal de Educação, Cultura e
Lazer**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA A AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PE. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE CINCO SALAS DE AULA.

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

A obra de construção de ampliação do prédio da Escola Municipal Pe. Francisco Rafael Fernandes, através da construção de cinco salas de aula é importantíssima para ofertar aos educandos do ensino fundamental maior estrutura de acolhimento para o ensino na modalidade integral.

Ela é parte da solução que o sistema municipal de ensino necessita para implantar o ensino na modalidade integral em toda a sua extensão.



As condições do terreno – semiplano, escriturado em nome do Município, com água e luz elétrica na própria área, facilitarão a construção a um custo menor e uma qualidade ímpar.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do §1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21).

A Lei Federal n.º 14.133, de 2021, exige como instrumento de planejamento a elaboração de um Plano de Contratações Anual para o Ente Federativo, porém se faz desnecessário porque os instrumentos de planejamento previstos no art. 165, §§ de 1 a 9, da Constituição Federal, indicam de forma geral como deve ser o planejamento da Administração Pública. Ou seja, de acordo com a Carta Magna qualquer ação a ser desenvolvida pela Administração Pública tem que se encontrar prevista nos três pilares da Administração: Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Não existindo, a contratação não pode prosperar.

Diante desta incontroversa disparidade entre a Carta Magna do País e a Lei de Licitações, opta-se por compreender como satisfatórios os instrumentos de planejamento descritos na Constituição, os quais foram preparados e aprovados pelo Poder Legislativo local, convertendo-se em leis municipais, a saber: Lei Municipal n.º 0830/2021 – trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025; Lei Municipal n.º



0934/2024 – trata das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024; Lei Municipal n.º 0938/2024, trata da estimativa das receitas e da fixação das despesas para o exercício financeiro de 2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

A contratação se dará por meio de um processo público de licitação, na modalidade concorrência presencial com fundamento no art. 17, §2.º c/c art. 176 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, regulamentado aqui em São Fernando pelo Decreto Municipal n.º 523/2024, com forma de disputa aberta, e critério de julgamento maior desconto, conforme previsão no arts. 28, II, 33, II e 56, I do mesmo diploma das licitações já mencionado. Naturalmente, a licitante que conseguir habilitar-se nos aspectos estabelecidos no art. 62, incisos I a IV, e bem como ofertar o menor preço total, será declarada vencedora do certame, recebendo da autoridade executiva a adjudicação e, conseqüentemente, a ordem de serviços para executar a obra.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21).



A estimativa das quantidades da obra estará descrita na planilha de orçamento básico, elaborado pelos profissionais técnicos da Prefeitura Municipal, que também formulará memórias de cálculos e composições, memorial descritivo acerca das técnicas e soluções para os serviços, os tipos de materiais e preparo, cronograma físico-financeiro e anotação de responsabilidade técnica, tudo apensado neste Estudo.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021).

Como a obra se trata de serviços de engenharia comuns, a solução mais prática é se utilizar de bancos de preços públicos disponíveis no mercado, a exemplo do Sinapi, Orse, Seinfra etc. Quando eventualmente não se encontra nas listas desses bancos de dados se faz a composição mediante pesquisa no mercado regional ou nacional, sendo este através de consulta em sítios especializados na rede mundial de computadores – internet.

Inexistindo opções de consultas públicas em sítios eletrônicos far-se-á pesquisa mercadológica no mercado regional, com aferição de preços in loco por servidores públicos.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão



suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei Federal n.º 14.133/21).

A contratação terá preço estimado igual ao recurso adquirido pelo Município, visto que dada a forma injusta da distribuição dos tributos federais e estaduais, os municípios ficam com a menor parcela para autossustentar-se. Assim, pela impossibilidade de fazer investimentos com recursos do tesouro municipal, as contratações são obrigatoriamente limitadas aos convênios.

Neste caso, os recursos a serem utilizados advirão do Convênio n.º 01/2025, firmado com Estado do Rio Grande do Norte no montante de R\$ 311.159,00 (trezentos e onze mil, cento e cinquenta e nove reais), a obras será estimada em igual valor.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21).

A solução mais vantajosa para garantir a execução da obra no prazo previsto para a execução é permitir a utilização de materiais existentes no mercado regional, posto que, pela proximidade, diminui o custo final da obra.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21).



Esta obra não há parcelamento de recursos nem de execução física. Ela será programada para execução contínua e por uma só empresa.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21)

Os resultados a que se pretende nesta obra são basicamente três: economicidade, qualidade e satisfação popular. A economicidade está programada para se conquistar a partir da disputa no processo de contratação. A concorrência será aberta com negociações entre os concorrentes a partir de um orçamento básico fundado em preços de mercados pela equipe técnica do Município. De modo que ao final das negociações espera-se um resultado justo, que possibilite a contratada auferir lucro e executar serviços sem maiores dificuldades. No tocante a qualidade da obra, uma equipe de fiscalização estará atenta no acompanhamento dos serviços, com o memorial descritivo em mãos acompanhando par a passo a qualidade dos materiais, o manejo e o emprego para garantir robustez da obra. E com relação a satisfação do público-alvo, espera-se o interesse natural da clientela envolvida, ressaltando que quando se fala de clientela, estar-se a falar das famílias responsáveis pelos educandos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO



Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21).

A gestão designará equipe técnica para fazer a fiscalização de todo o contexto da obra. E esse contexto, é claro, envolve a empresa que terá apresentado nos autos da licitação a sua equipe técnica para a executar a obra que lhe foi adjudicada. De modo que a se convocar a empresa para a assinatura do contrato a equipe de fiscalização da prefeitura fará gestão junto a contratada para apresentar presencialmente os técnicos que irão trabalhar na obra para análise de currículos, troca de expertises com o profissional engenheiro do município.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21)

Como toda obra de engenharia resulta impactos ambientais de transformação paisagística, emprego de materiais naturais e/ou artificiais etc. A presente obra de construção de edificação de salas de aula produzirá um impacto mínimo, com a ocupação de uma área bastante pequena num ambiente interno na própria edificação primária, sem repercussão ambiental.



13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/21)

A contratação será viável uma vez que a ação orçamentária se encontra prevista nos instrumentos de planejamento da Administração Pública: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

São Fernando/RN, 13 de Março de 2025.

JOÃO BOSCO DA SILVA

Secretário Mun. de Educação, Cultura e Lazer

4.2	87547 SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	724,46	22,30	26,98	19.545,93	6,28 %
5		PISOS					33.288,69	10,70 %
5.1	87251 SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023 PE	m²	281,67	49,99	60,48	17.035,40	5,47 %
5.2	88649 SINAPI	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF_02/2023	M	164,95	8,11	9,81	1.618,15	0,52 %
5.3	98689 SINAPI	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	4,5	117,87	142,62	641,79	0,21 %
5.4	88476 SINAPI	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	m²	281,67	22,62	27,37	7.709,30	2,48 %
5.5	95240 SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 3 CM. AF_07/2016	m²	281,67	18,44	22,31	6.284,05	2,02 %
6		SUPERESTRUTURA					69.616,33	22,37 %
6.1	96535 SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m²	2,88	147,74	178,76	514,82	0,17 %
6.2	96536 SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m²	18,43	83,64	101,20	1.865,11	0,60 %
6.3	92435 SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 12 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	13,39	58,48	70,76	947,47	0,30 %
6.4	92460 SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	26,43	126,57	153,14	4.047,49	1,30 %
6.5	95445 SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRIBO CONTÍNUO HELICOIDAL. AF_09/2021	KG	372,3	9,04	10,93	4.069,23	1,31 %
6.6	96545 SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	1732,84	16,88	20,42	35.384,59	11,37 %
6.8	94971 SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2:3:2:7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 800 L. AF_05/2021	m³	24,53	486,79	589,01	14.448,41	4,64 %
6.9	103670 SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	24,53	280,96	339,96	8.339,21	2,68 %
7		ESQUADRIAS					10.167,17	3,27 %

7.1	94570 SINAPI	CAVATELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS; COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	m²	10	264,48	320,02	3.200,20	1,03 %
7.2	91341 SINAPI	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	m²	9,45	518,98	627,96	5.934,22	1,91 %
7.3	90830 SINAPI	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2019	UN	5	170,71	206,55	1.032,75	0,33 %
8		PINTURA E ACABAMENTOS					37.122,37	11,93 %
8.1	96126 SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA DEMÃO. AF 05/2017	m²	201,24	14,79	17,89	3.600,18	1,16 %
8.2	88495 SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	523,22	10,06	12,17	6.367,58	2,05 %
8.3	88489 SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	523,22	12,10	14,64	7.659,94	2,46 %
8.4	95626 SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF 11/2016	m²	201,24	14,88	18,00	3.622,32	1,16 %
8.5	88494 SINAPI	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF 04/2023	m²	281,67	19,35	23,41	6.593,89	2,12 %
8.6	88484 SINAPI	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF 04/2023	m²	281,67	4,27	5,16	1.453,41	0,47 %
8.7	88488 SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF 04/2023	m²	281,67	14,38	17,39	4.898,24	1,57 %
8.8	88485 SINAPI	FUNDC SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF 04/2023	m²	724,46	3,34	4,04	2.925,81	0,94 %
9		EQUIPAMENTOS						
9.5	2387 ORSE	Quadro escolar: em fórmica branca com moldura	m²	21	431,73	522,39	10.970,19	3,53 %
10		COBERTURA					10.970,19	3,53 %
10.1	96113 SINAPI	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF 08/2023 PS	m²	224,2	46,71	56,51	72.141,18	23,18 %
10.2	94201 SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	m²	372	39,29	47,54	17.684,88	5,68 %
10.3	92541 SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF 07/2019	m²	372	92,84	112,33	41.786,76	13,43 %
11		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						
11.1	104473 SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF 11/2022	UN	6	157,36	190,40	8.760,16	2,82 %
11.3	97586 SINAPI	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 02/2020	UN	23	158,12	191,32	4.400,36	1,41 %

11.6	104480 SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO SEM NECESSIDADE DE RASGOS, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO E QUEBRA (EXCETO CHUVEIRO). AF 11/2022	UN	10	130,70	158,14	1.581,40	0,51 %
11.7	104475 SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF 11/2022	UN	10	135,21	163,60	1.636,00	0,53 %
12		IMPERMEABILIZAÇÃO						
12.1	98557 SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF 09/2023	m²	69,3	41,56	50,28	3.484,40	1,12 %
				Total sem BDI		257.186,35		
				Total do BDI		53.972,65		
				Total Geral		311.159,00		
O PRESENTE ORÇAMENTO IMPORTA NO VALOR DE R\$ 311.159,00 (TREZENTOS E ONZE MIL CENTO E CINQUENTA E NOVE REAIS)								


 Documento assinado digitalmente
 ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA
 Data: 31/05/2024 09:20:08 -0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SILVA
 ENGENHEIRO CIVIL
 CREA: 2117690351

4.2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	724,46	= (((28,75+28,75)*3,00*2,00)+((8,35+8,35)*4,50*2,00)+((8,05*3,00)*4,00*2,00))+((0,80*3,00*6,00))+((0,75*28,75))
5	PISOS			
5.1	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	m²	281,67	= ((44,27*4,00)+57,50+47,09))
5.2	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 45X45CM. AF_02/2023	M	164,95	= ((28,75+(27,10*4,00)+27,80)
5.3	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	4,5	= ((0,90*5,00))
5.4	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	m²	281,67	=281,67
5.5	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 3 CM. AF_07/2016	m²	281,67	=281,67
6	SUPERESTRUTURA			
6.1	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m²	2,88	= (2,4*0,20*24))/4
6.2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m²	18,43	= ((0,50*(28,75+28,75+28,75+10,20+10,20+10,20+10,20+10,20+10,20))/4
6.3	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 12 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	13,39	= ((0,90*3,10*24))/5
6.4	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	m²	26,43	= ((28,75+28,75+28,75+28,75+10,20+10,20+10,20+10,20+10,20+10,20))*0,90/6
6.5	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRIBO CONTÍNUO HELICOIDAL. AF_09/2021	KG	372,30	= ((0,80*980)+(0,90*1175)+(0,80*720))*0,154
6.6	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	1732,84	= ((0,74*14*24))+((147,45*4))+((176,20*4))+((5,00*4*24)*0,395)
6.7	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	139,2	=
6.8	CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2:3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/AREIA MÉDIA/BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	24,53	= ((0,60*0,60*0,20*24)+(0,15*0,30*4,50*24)+(147,45*0,20*0,25)+(176,20*0,15*0,40))
6.9	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_02/2022	m³	24,53	= ((0,60*0,60*0,20*24)+(0,15*0,30*4,50*24)+(147,45*0,20*0,25)+(176,20*0,15*0,40))
7	ESQUADRIAS			

7.1	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	10,00 = ((0,50*2,00*10,00))	
7.2	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	m²	9,45 = ((0,90*2,10*5,00))	
7.3	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	5,00 5,00	
8	PINTURA E ACABAMENTOS			
8.1	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENCIA DE VAOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA DEMÃO. AF_05/2017	m²	201,24 = ((0,45*0,30*28,75)+(28,75*3,00)+(8,35*4,50*2,00)+(0,80*3,00*6,00))+((0,75*28,75))	
8.2	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	523,22 523,22	
8.3	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	523,22 523,22	
8.4	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m²	201,24 = ((0,45*0,30*28,75)+(28,75*3,00)+(8,35*4,50*2,00)+(0,80*3,00*6,00))+((0,75*28,75))	
8.5	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, UMA DEMÃO, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	m²	281,67 = 281,67	
8.6	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	281,67 = 281,67	
8.7	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	281,67 = 281,67	
8.8	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	m²	724,46 = 201,24+523,22	
9	EQUIPAMENTOS			
9.5	Quadro escolar em fórmica branca com moldura	m²	21,00 = 4,20 * 5,00	
10	COBERTURA			
10.1	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	m²	224,2 ((44,27*4)+(47,09))	
10.2	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	372,0 (10,35*28,75*1,25)	
10.3	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	m²	372,0 (10,35*28,75*1,25)	
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			
11.1	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_11/2022	UN	37 = 37,00	

11.3	LUMINÁRIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES FLUORESCENTES DE 36 W, COM REATOR DE PARTIDA RÁPIDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	37 = 37	
11.6	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO SEM NECESSIDADE DE RASGOS, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO E QUEBRA (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022	UN	10 = 10,00	
11.7	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	UN	15 = 15	
12	IMPERMEABILIZAÇÃO			
12.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	69,3 = (((28,75+28,75)*0,50)+((8,35+8,35)*0,50)+((8,05*0,50)*4,00*2,00))	

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA
 Data: 31/05/2024 09:20:08 -0300
 Verifique em <https://validar.fu.gov.br>

ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SILVA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 2117690351



OBRA: AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL Pa. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES
LOCAL: SÃO FERNANDO - RN
DATA DE ELABORAÇÃO: 30/05/2024

BDI

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO

Construção e Reforma de Edifícios

DESONERAÇÃO

NÃO

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:

70,00%

Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):

5,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	3,40%	-	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	-	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,00%	-	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	0,60%	-	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	6,16%	-	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,50%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM Desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	21,00%	OK	20,34%	22,12%	25,00%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção e Reforma de Edifícios, é de 70%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

SÃO FERNANDO/RN

Local

30 DE MAIO DE 2024

Data

Responsável Técnico

Nome: André Luís de Medeiros Silva

Título: Engenheiro Civil

CREA/CAU: CREA 2117690351

Documento assinado digitalmente

gov.br

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA

Data: 31/05/2024 09:20:08 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



OBRA: AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL Pa. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES

LOCAL: SÃO FERNANDO - RN

DATA DE ELABORAÇÃO: 30/05/2024

DATA BASE: 03/2024

B.D.I
21,00%

Encargos
Não Desonerado:

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	100,00%		
		7.726,43	7.726,43		
2	MOVIMENTO DE TERRA	100,00%	100,00%		
		1.486,33	1.486,33		
3	ALVENARIA	100,00%	75,00%	25,00%	
		30.880,27	23.160,20	7.720,07	
4	REVESTIMENTOS DE ALVENARIA	100,00%	50,00%	50,00%	
		25.515,48	12.757,74	12.757,74	
5	PISOS	100,00%	50,00%	50,00%	
		33.288,69	16.644,35	16.644,35	
6	SUPERESTRUTURA	100,00%	50,00%	50,00%	
		69.616,33	34.808,17	34.808,17	
7	ESQUADRIAS	100,00%			100,00%
		10.167,17			10.167,17
8	PINTURA E ACABAMENTOS	100,00%			100,00%
		37.122,37			37.122,37
	EQUIPAMENTOS	100,00%			100,00%
		10.970,19			10.970,19
10	COBERTURA	100,00%		100,00%	
		72.141,18		72.141,18	
11	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	100,00%		50,00%	50,00%
		8.760,16		4.380,08	4.380,08
12	IMPERMEABILIZAÇÃO	100,00%		100,00%	
		3.484,40		3.484,40	
Porcentagem			31,04%	48,83%	20,13%
Custo			96.583,21	151.935,98	62.639,81
Porcentagem Acumulado			31,04%	79,87%	100,0%
Custo Acumulado			96.583,21	248.519,19	311.159,00

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA
Data: 31/05/2024 09:20:08-0300
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SILVA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA: 2117690351



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RN

ART Obra/Serviço
Nº RN20240706700

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

INICIAL

1. Responsável Técnico

ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 2117690351

Registro: 2117690351RN

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO**

CPF/CNPJ: 08.096.612/0001-31

RUA Capitão João Florêncio

Nº: 45

Complemento:

Bairro: **Centro**

Cidade: **SÃO FERNANDO**

UF: **RN**

CEP: 59327000

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 3.500,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NÃO SE APLICA**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO

Nº: 187

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **SÃO FERNANDO**

UF: **RN**

CEP: 59327000

Data de Início: **30/05/2024**

Previsão de término: **30/07/2024**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade:

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO**

CPF/CNPJ: 08.096.612/0001-31

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	297,56	un
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	297,56	un
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	297,56	un
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	297,56	un
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	297,56	un
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	297,56	un
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	297,56	m2
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	297,56	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART DE PROJETO E ORÇAMENTO REFERENTE A AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE FRANCISCO RAFAEL FERNANDES. AMPLIAÇÃO DE 1 BLOCO DE SALAS DE AULA COM 297,56 M² CONSTRUÍDOS.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RN, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro que as atividades sob responsabilidade deste profissional, registradas nesta ART, estão de acordo e se restringem as minhas atribuições.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-rn.sitac.com.br/publico/>, com a chave: CwW28

Impresso em: 16/04/2025 às 10:23:26 por:

www.crea-rn.org.br

crearn@crea-rn.org.br

Tel: (84) 4006-7200

Fax: (84) 4006-7201





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RN

ART Obra/Serviço
Nº RN20240706700

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

INICIAL

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
 Local data



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha
ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA
RNP: 2117690351
Data: 16/04/2025 10:23:26

ANDRE LUIS DE MEDEIROS SILVA - CPF: 103.926.784-03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO - CPF: 08.096.612/0001-31

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 99,64** Registrada em: **03/06/2024** Valor pago: **R\$ 99,64** Nosso Número: **8205135148**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-rn.sitac.com.br/publico/>, com a chave: CwW28
 Impresso em: 16/04/2025 às 10:23:26 por:



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA

AGRICULTURA FAMILIAR - SEDRA

Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN - EMATER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**Processo nº 02610015.002325/2024-45

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTI-

TERNO, no uso de suas atribuições legais confora com o Decreto Estadual nº 23.449, de 07 de março de 2023. Declara ADMICAR E

HOMOLOGAR todos os atos praticados pelo Agente de Contratações e sua Equipe de Apoio da EMATER/RN,

695, de 18 de janeiro de 2022 e Decreto Estadual nº 23.449, de 07 de março de 2023. Declara ADMICAR E

empresas vencedora. JONARA FONSECA MOURA LIMA, CNPJ: 41.742.526/0001-24, valor: R\$ 38.699,00 (trinta

Fontes de Recursos: 0,00 (nenhuma) e nove reais (nove e 00/100 reais).

Valor Total: R\$ 38.699,00 (trinta e nove e 00/100 reais).

Natal, RN, 16 de janeiro de 2025

Cleone Figueiredo Nascimento

DIRETOR-GERAL, em substituição Legal - EMATER/RN

**REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

E DA DEFESA SOCIAL

Instituto Técnico e Científico de Perícia - ITEP

EXTRATO AO CONTRATO Nº 5/2025 PARA AQUISIÇÃO DE RÁDIO X FIXO DIGITAL

CONTRATANTE: Estado do Rio Grande do Norte, através do INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA - ITEP/RN.

CONTRATADA: KONICA MINOLTA HEALTHCARE DO BRASIL INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS ME-

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de RÁDIO X FIXO DIGITAL, com a finalidade de atender

as necessidades da contratante, conforme condições e especificações estabelecidas Termo de Referência

VALOR GLOBAL: R\$269.000,00 (duzentos e sessenta e nove mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 14/01/2025.

DIACENIA, 12 (doze) meses, a contar do dia 14/01/2025.

DOAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 21131 - Fundo Técnico Científico de Perícia - FUN-

DOAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Subprograma: 0301 - Segurança Pu-

blica, Cidadania, Gestão e Valorização dos Profissionais, Ação: 1033 - Aperfeiçoamento e Informa-

ção de Unidades do ITEP, Subação: 103301 - Aperfeiçoamento e Informa-ção de Unidades do ITEP, Fonte:

de Recursos: 0,00 (nenhuma) e nove reais (nove e 00/100 reais).

LIAM: Médico Odontólogo Hospit-

FUNDAÇÃO LEGAL, Lei nº 14.133/21.

ASSINATURAS: Flávio Alexandre Santos de Azevedo, pela Contratante, e Sr. Nayara Martins Santos de Almei-

TESTEMUNHAS: Paulo Anderson Nogueira Pereira e Thais Luane Teixeira

Natal, RN, 17.01.2025

Flávio Alexandre Santos de Azevedo

Diretor-Geral em substituição

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DO LAZER

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 24/2024

Processo Administrativo nº 00410034.000352.2023-12

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN. Objeto: alterar o Termo de Cooperação Mútua nº 24/2024

duzentos reais). Vigência: O prazo de vigência do presente termo aditivo é de 12 (doze) meses, contado a partir da

data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante assinatura de termo aditivo. Assina-

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 01/2025

Processo Administrativo nº 00410029.005051/2024-27

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Lazer e a Pre-

feitura Municipal de São Fernando/RN. Objeto: Ampliação do prédio da Escola Municipal PE Francisco Rafael

Fernandes, no Município de São Fernando/RN, visando atender as necessidades do referido município. Doação

Orçamentária: Os recursos destinados à realização da despesa especificada no presente processo, encontram-se

alocados no Orçamento Geral do Estado, conforme especificação: Unidade Orçamentária: 18101.12.368.0302

2478; Subação: 247801 - Desenvolvimento e fortalecimento de ações, programas e projetos educacionais, cul-

turais, de esporte e de lazer em espaços escolares e não escolares. Natureza Despesa: 44.40.42.02 - Despesa

Transferências Municipais Despesas de Capital. Fonte: 0,50 - Recursos não vinculados de impostos. Valor: R\$

250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Valor da contrapartida a CONVENIENTE se dispõe a dispor do valor

de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), conforme Plano de Trabalho. Valor total: R\$ 311.159,00 (Tre-

zentos e onze mil, cento e cinquenta e nove reais). Vigência: O presente Convenio vigorará por 07 (sete) meses,

sendo o prazo de execução do objeto de 03 (três) meses, com início em fevereiro de 2025 e término em abril de

2025, conforme Plano de Trabalho atualizado - ANEXO I. Id. 31259440, com mais 60 (sessenta) dias, para sua

prestação de contas. O prazo deste instrumento é improrrogável, em conformidade com o Parecer nº 274/2022/

PRO/CPDE. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Genilson Medeiros Maia

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 85/2024

Processo Administrativo nº 00410172.000285/2024-24

Participes: Estado do Rio Grande do Norte através da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer

e o Instituto de Ensino e Pesquisa Alberto Santos Dumont - ISD. Objeto: O presente acordo tem por objeto a

cooperação técnica entre os Participes para a implantação de 15 laboratórios maker em escolas da rede estadual de

ensino do Rio Grande do Norte, além da realização de ações formativas para os professores das unidades escolares

envolvidas, conforme o Plano de Trabalho anexo. Doação Orçamentária: Esta parceria não envolve transferência

de recursos financeiros entre as PARTES, portanto, não há qualquer relação prévia

no posterior ao estabelecimento deste Acordo. Vigência: O presente acordo terá vigência de 36 (trinta e seis) me-

ses, contados a partir da data de sua assinatura. Este prazo poderá ser prorrogado mediante a realização de termo

aditivo, conforme necessidade das partes. Assinaturas: Maria do Socorro da Silva Batista e Reginaldo Antonio de

Oliveria Freitas Junior

Natal, RN, 17 de janeiro de 2025

Maria do Socorro da Silva Batista

Secretária de Estado da



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DA LAZER, DO ESPORTE E DA CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Avenida Salgado Filho, S/N, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.educacao.rn.gov.br

CONVÊNIO Nº 1/2025

Processo nº 00410029.005051/2024-27

UNIDADE GESTORA: COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATOS-CAGEC.

CONVÊNIO Nº 01/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA
DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO
LAZER E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN.

Estado do Rio Grande do Norte, através da SECRETARIA DE ESTADO, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER- SEEC, Órgão da Administração Direta, com sede no Centro Administrativo-BR 101, Bloco 01, Lagoa Nova - Natal/Rio Grande do Norte, CEP: 59.064-901, inscrita no CNPJ nº 08.241.804/0001-94, representada por sua Secretária a Sra. **Marta do Socorro da Silva Batista**, brasileira, solteira, professora, portadora do RG nº 600.105SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 355.161.004-53, residente e domiciliada à Av. Abel Cabral, nº 2400, Apto. nº 301, Bl. 06, Nova Parnamirim CEP: 59.151-250, Parnamirim/RN, doravante denominada **CONCEDENTE**, e, de outro lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN**, com sede à Rua Capitão João Florêncio, nº 45, Centro, São Fernando/RN, CEP: 59.327-000, cadastrado no CNPJ sob o nº 08.096.612/0001-31, doravante denominada simplesmente **CONVENIENTE**, neste ato, representada por seu Prefeito o Sr. **Genilson Medeiros Maia**, brasileiro, agente público, na função de Ordenador de Despesa, residente e domiciliado à Av. Capitão José Inácio, nº 576, Vital Galdino, São Fernando/RN, CEP: 59.327-000, portador do RG nº 735.760-SSP/RN e CPF/MF sob o nº 455.474.244-04, no uso de suas atribuições legais, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Convênio, com fulcro no Art. 184 e 184-A e parágrafos, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações introduzidas pela Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023, e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem como objeto, estabelece o compromisso entre a **CONCEDENTE** e a **CONVENIENTE**, para ampliação do prédio da Escola Municipal PF. Francisco Rafael Fernandes, no **Município de São Fernando/RN**, visando atender as necessidades do referido município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Integram o presente instrumento, como se no mesmo estivessem contidos, os seguintes documentos:

1. Anexo PLANO DE TRABALHO fls. 1-4, Planilha Orçamentária fls. 5-8, Memória de Cálculo fls. 9-12, Cronograma detalhamento dos pilares da Fundação fl. 13, BDI fl. 14, Planta Estrutural- Detalhamento das Sapatas fl. 15, Planta de Forma- Baldrame cobertura fl. 19, Planta Baixa fl. 20, Fachadas Bloco de Salas fl. 21, todos assinados pelo Engenheiro Civil - André Luis de Medeiros Silva (26994317), Termo de Posse do Prefeito fl. 22, Publicação Termo de Posse fl. 23, Diploma Eleitoral fl. 24, Ata de Sessão dos Trabalhos Legislativos e de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice- Prefeito do Município de São Fernando, para o mandato (01.01.2021 a 31.12.2024) fl. 25, Cópia da CNH fl. 26, Comprovante de Residência fl. 27e 28, Certidão Negativa de Débito fl. 29, CNP, Estadual fl. 30, CND Trabalhistas fl. 31, CND Federal fl. 32, Certidão de Regularidade do FGTS-CRF fl. 33,
2. Recibo Eletrônico de Protocolo 26994318;
3. Plano de Trabalho (14815049);
4. Aprovação 27453823;
5. Despacho 27455098;
6. Dotação Orçamentária 670 (27618708);
7. Declaração Adequação Orçamentária (27621122);
8. Pre-empenho (27636583);
9. Certidões (28388345)

10. Plano de Trabalho Atualizado (28741932);
11. Declaração de Conta no Banco do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. São obrigações da CONCEDENTE:

- a) Repassar a **CONVENIENTE**, em tempo hábil os recursos financeiros correspondentes a sua participação nas despesas objeto deste Convênio obedecendo ao cronograma de desembolso no Plano de Trabalho conforme o disposto na Cláusula Terceira;
- b) Aprovar excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio, mediante proposta da **CONVENIENTE**, fundamentada em razões concretas que a justifique, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao término de sua vigência;
- c) Dar ciência deste Convênio à Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa, conforme determina o § 2º, do artigo 116, da Lei 8.666/93 e o art. 11 da

IN/STN/MF Nº 1/07, respectivamente;

- d) Notificar a Assembleia Legislativa dos recursos financeiros que tenha efetuado, à conta deste Convênio, no prazo de 2 (dois) dias, úteis contados da liberação na forma determinada no art. 1º, da Lei nº 9.452, de 20.03.97;
- e) Fornecer a **CONVENIENTE**, normas e instruções para prestação de contas dos recursos do Convênio;

- f) Analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objetivo deste Convênio;
- g) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

2.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

- a) Executar o objeto pactuado na Cláusula Primeira, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado e aprovado e, alocar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- b) Notificar do recebimento dos recursos financeiros à conta deste Convênio, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data do efetivo crédito, aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, na forma determinada no art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20/03/97;
- c) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excidente aos recursos financeiros a cargo da **CONCEDENTE**, transferidos de acordo com o Cronograma de Desembolso;
- d) Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;
- e) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do governo federal e bem assim, da **CONCEDENTE**, em toda e qualquer ação promocional relacionada com a execução do objeto descrito na Cláusula Primeira e obedecendo o modelo padrão estabelecido pela **CONCEDENTE**, a por a marca do governo federal nas placas, painéis e outdoor de identificação das obras e projetos custeados no todo ou em parte com os recursos deste Convênio, consoante o disposto da IN 12, de 09/06/98, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República publicada no

Diário Oficial da União de 12/06/98;

- f) Observar na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculada à execução do objeto deste Convênio, os procedimentos licitatórios de que trata a Lei 8.666/93, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexistência de licitação e as disposições relativas a contratos, assim como utilizar a modalidade de pregão eletrônico conforme os termos de Decreto

5.004/05;

- g) Prestar contas no final, com observância do prazo e na forma estabelecida na Cláusula Décima, deste instrumento;
- h) Incluir os recursos recebidos provenientes deste Convênio no orçamento do

Estado;

- i) E vedada, o emprego dos recursos deste convênio na contratação ou utilização de pessoal a qualquer título, exceto na contratação de serviços de terceiros, sem vínculo com os participantes ou com a administração pública e desde que sejam vinculados exclusivamente à execução do objeto deste Convênio, até o período para a execução, observado os preceitos legais sobre a contratação temporária e licitação - incisos IX e XXI do artigo 37 da Constituição Federal;
- j) Havendo contratação entre a **CONVENIENTE** e terceiros visando a execução de serviços vinculados a objetos deste Convênio, tal contratação não induzirá em solidariedade jurídica à **CONCEDENTE**, bem como não existirá vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas contra a
- CONCEDENTE de ordem administrativa, judicial ou extrajudicial; e
- k) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos destinados à realização da despesa especificada no presente processo, encontram-se alocados no Orçamento Geral do Estado, conforme especificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 18101 12 368 0302 2478

Subação: 247801 - Desenvolvimento e fortalecimento de ações, programas e projetos educacionais, culturais, de esporte e de lazer em espaços escolares e não escolares.

Natureza Despesa: 44.40.42.02 - Despesa Transferências Multitypos Despesas de Capital
Fonte: 0.5.00 - Recursos não vinculados de Impostos

Valor: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA CONTRAPARTIDA E DO VALOR

4.1. A título de contrapartida a CONVENIENTE se obriga a dispor do valor de R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais), conforme Ofício e Plano de Trabalho Id. (26994317).

4.2. O valor deste Termo de Convênio é de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), que somado ao valor a título de contrapartida, da CONVENIENTE, que é de R\$ 61.159,00 (Sessenta e um mil cento e cinquenta e nove reais), perfaz o valor total de R\$ 311.159,00 (Trezentos e onze mil, cento e cinquenta e nove reais), necessário à execução do objeto pretendido, conforme Plano de Trabalho Atualizado, constante no ANEXO I, deste instrumento.

CLAUSULA QUINTA - DA VIGENCIA

O Presente Convênio vigorará por 07 (sete) meses, sendo o prazo de execução do objeto de 03 (três) meses, com início em outubro de 2024 e término em dezembro de 2024, conforme Plano de Trabalho Atualizado - ANEXO I- ID. 28741932, com mais 60 (sessenta) dias, para sua prestação de contas. O prazo deste instrumento é improrrogável, em conformidade com o Parecer nº 274/2022/PLCC/PGF.

CLAUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O recurso da CONCEDENTE destinados à execução do objeto deste Convênio será liberado em parcela única, de acordo com o Plano de Aplicação, constante do Plano de Trabalho, a crédito do Banco do Brasil S/A, conta corrente nº 72.679-6 - PMSF CONV FERNANDO, Agência 0128-7, em nome da CONVENIENTE (a Prefeitura Municipal de São Fernando/RN) e, vinculada ao presente Instrumento, devendo os saques ser somente para o pagamento de despesas previstas no Projeto e Plano de Trabalho Atualizado Anexo I, deste Instrumento.

CLAUSULA SETIMA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA: Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, utilizados no objeto deste Convênio, sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida, se exigida.

CLAUSULA SEGUNDA: Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, obriga-se a CONCEDENTE a suspender a liberação de eventuais parcelas subsequentes, se houver, e a notificar, de imediato, o Dirigente da CONVENIENTE, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos a seguir especificados:

a) quando não houver comprovação da correta aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do

Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal,

b) quando verificado desvio da finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Convênio; e

c) quando a CONVENIENTE descumprir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Convênio.

SUBCLAUSULA TERCEIRA: Findo o prazo da notificação de que trata a Subcláusula anterior, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, será instaurada a competente Tomada de Contas Especial, por determinação do ordenador de despesas nos termos do art. 38 da IN 01/97, e procedendo-se ao registro de inadimplência do CONVENIENTE no Cadastro de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

CLAUSULA OITAVA - DAS PROIBICOES

É vedada a utilização dos recursos repassados por força deste Convênio, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho e consequente Projeto Básico a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os recursos deste Convênio também não poderão ser utilizados:

- a) com o pagamento de despesas contraídas fora do período de sua vigência e após o término;
- b) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;
- c) na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- d) no pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em quaisquer dos entes partícipes deste Convênio;
- e) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e, como tais, previstas no Plano de Trabalho, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;
- f) em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- g) O pagamento de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa por intermédio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público, ressalvado, neste último caso, o destinado aos quadros de pessoal exclusivo da conveniente e do interveniente;
- h) despesas com efeito retroativo.

CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

É prerrogativa da **CONCEDENTE** conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste instrumento, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A CONVENIENTE franqueará livre acesso a servidores do sistema de controle interno e externo, ou outra autoridade delegada, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este Convênio, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas Final dos recursos financeiros transferidos pela **CONCEDENTE**, dos recursos de contrapartida, e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, será apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência deste instrumento sendo constituída das seguintes peças:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto;
- b) Cópia do Plano de Trabalho e de suas possíveis alterações;
- c) Cópia deste Instrumento e de eventuais Termos Aditivos;
- d) Relatório de Execução Físico-Financeira;
- e) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, e os saldos;
- f) Relação de pagamentos efetuados;
- g) Relação de bens, discriminando quais os adquiridos, produzidos ou construídos com recursos da **CONCEDENTE**, se for o caso;
- h) Extrato da conta bancária específica do período de recebimento dos recursos até o último pagamento efetuado, contendo toda a movimentação dos recursos e conciliação bancária, se for o caso;
- i) Cópia do Termo de Aceitação Definitiva da Obra (ou parcial, quando para prestação de contas parcial), quando envolver execução de obras;
- j) Comprovante de recolhimento do saldo de recursos;
- k) Fotos das obras/serviços realizados, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A prestação de contas parcial será composta da documentação especificada nas alíneas "a", "e", "f", "g", "h", "i", "j", e "k" desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo os recibos e notas fiscais ser emitidos em nome da **CONVENIENTE** e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data de aprovação da prestação de contas pela CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de fato que torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na

CLÁUSULA SÉTIMA;

c) Constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias; e

d) Falta de apresentação da Prestação de Contas Parcial, nos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste instrumento, o **CONVENIENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à conta da **CONCEDENTE**:

a) O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Convênio;

b) O valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

b.1. Quando não for executado o objeto da avença;

b.2. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final ou, eventualmente, quando exigida, a prestação de contas parcial; e

b.3. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

c) O valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnadas, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

d) O valor corrigido da contrapartida, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado, na forma prevista no Plano de Trabalho; e;

e) O valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos Partícipes, mediante troca de avisos, com antecedência mínima de trinta dias ou rescindido por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações acordadas, resguardadas as atividades em andamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra, em virtude deste Termo de Parceria/Convênio, será feita por escrito e considerará-se efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços abaixo indicados:

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE E DO LAZER, com sede no Centro Administrativo-BR 101, Bloco 01, Térreo, Lagoa Nova-Natal/Rio Grande do Norte, CEP: 59.037-155.

CONVENIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, com sede à Rua Capitão João Florêncio, nº 45, Centro, São Fernando/RN, CEP: 59.327-000. Telefone: (84) 3428-0001; Site: www.saofernando.rn.gov.br E-mail: pms@gmail.com

CLAUSULA DECIMA SEXTA- DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos de comum acordo pelos partíipes.

CLAUSULA DECIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

O Presente Convênio será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE/RN, que é condição indispensável para sua eficácia, para tanto sendo providenciada pela **CONCEDENTE** nos termos da IN/STN/MF nº 1/97.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

O Foro para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento é o da Comarca de Natal-RN.

E, por estarem assim devidamente as partes, em suas intenções, firmam entre si o presente instrumento, assinando-o eletronicamente via SEI.

Natal/RN, 07 de janeiro de 2025.

Maria do Socorro da Silva Batista

SECRETARIA DE ESTADO, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO ESPORTE, E DO LAZER-SEEC.

Genilson Medeiros Maia

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO SOCORRO DA SILVA BATISTA, Secretária de Estado**, em 08/01/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GENILSON MEDEIROS MAIA, Usuário Externo**, em 10/01/2025, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.m.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao=0, informando o código verificador **31274253** e o código CRC **08807AC5**.

ANEXOS AO CONVÊNIO
PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO 1/3

1 - DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente		MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO / PREFEITURA MUNICIPAL	
C.G.C.		08.096.612/0001-31	

Endereço				RUA CAPITÃO JOÃO FLORENCIO, N.º 45, CENTRO			
Cidade	SÃO FERNANDO	U.F.	RN	C.E.P.	59327-000	DDD/Telefone	(84) 3428 - 0001
FAX	E.A.	MUNICIPAL					

Conta	Corrente	Banco	BANCO DO BRASIL S/A	Agência	0128-7	CAICQ/RN	Praça de Pagamento
Nome do Responsável		GENTILSON MEDEIROS MAIA					
C.I./Órgão	Expeditor	Cargo	PREFEITO MUNICIPAL	Função	ORDENADOR DE DESPESA	Matrícula	-

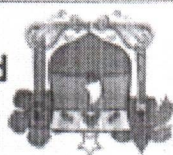
Endereço		AVENIDA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO, N.º 576, VITAL GALDINO, SÃO FERNANDO/RN	
C.E.P.	59327-000		

2 - OUTROS PARTICIPES

Nome do responsável e ordenador de C.P.F.		GENTILSON MEDEIROS MAIA	
despesas:		455.474.244-04	
C.I./Órgão expedidor	735.760 - SSP/RN	Cargo	PREFEITO MUNICIPAL
Função	ORDENADOR DE DESPESA	DE	
Endereço:		AV. CAPITÃO JOSÉ INÁCIO, N.º 576, VITAL GALDINO, SÃO FERNANDO/RN.	
CEP	59327-000		

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Poder Executivo - Rua Cap. João Florencio, n.º 45, Centro, São Fernando/RN, Tel. (84) 3428 0001
 Site: www.saofernando.rn.gov.br E-mail: pmstfn@gmail.com
 Gentilson Medeiros Maia
 Prefeito Municipal
 CPF: 455.474.244-04



Título do Projeto	
AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PE. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES, CONFORME PROJETO EM ANEXO.	
Período de Execução	
INÍCIO	TERMINO
FEV./2025	ABR./2025

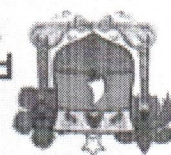
Justificativa da Proposição

O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN É RESPONSÁVEL, DE ACORDO COM A CARTA MÁGNA DO PAÍS, PELO OFERECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA CORRESPONDENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E NESTE CONTEXTO, AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS PREPAROU-SE PARA EDIFICAR UMA ESTRUTURA FÍSICA CAPAZ DE ATENDER TODAS AS DEMANDAS.

OCCORRE QUE, COM O ADVENTO DO ENSINO NA MODALIDADE INTEGRAL INSTITUÍDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO FOI AUTOMÁTICAMENTE AMPLIADA. COM ISSO, O QUE ANTES ERA SATISFATORIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM SÃO FERNANDO, AGORA SE TORNOU INSATISFATORIO, A REQUERER MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA PROMOVER A AMPLIAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES.

A SITUAÇÃO PORDEMAIS ÓBVIA ADUZIDA, SERIA IGUALMENTE RESOLVIDA NÃO FOSSE A DIFICULDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, QUE É DE PEQUENO PORTE, TEM UMA ARRECADAÇÃO ÍNFINITA E NÃO HÁ PERSPECTIVA DE AUMENTAR EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DA MAIORIA DOS CONTRIBUINTES. DAÍ, CONSIDERANDO O MODELO FEDERATIVO E COLABORATIVO ENTRE OS ENTES PÚBLICOS, A IDÉIA DE SE PLEITEAR O CONVÊNIO PARA QUE SE POSSA RESOLVER, COM BREVIDADE, A SITUAÇÃO INSATISFATÓRIA QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM ALUNOS FREQUENTANDO AULA EM LOCAIS INADEQUADOS.

COM A PARCERIA, SE RESOLVERÁ A SITUAÇÃO PROBLEMA QUE SE APRESENTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE UM LADO, E SE CONTRIBUIRÁ DECISIVAMENTE PARA A MELHORIA DO NÍVEL DE APRENDIZADO DOS EDUCANDOS, UMA VEZ QUE COM MAIS TEMPO EM SALA DE AULA, A TENDÊNCIA É AMPLIAR O CONHECIMENTO.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - OR. 096.612/0001-31



PLANO DE TRABALHO/3

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

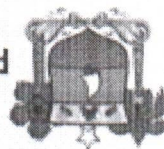
Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico	Duração
Fase				
01	ÚNIC A	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA PE. RAFAEL FERNANDES	Unidade	
		VER. PROJETO ANEXO	Quantidade	
		VER. PROJETO ANEXO.		
		FEV./2025	Início	
		ABR./2025	Término	

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
4.4.90.52.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	311.159,00	250.000,00	61.159,00
TOTAL GERAL		311.159,00	250.000,00	61.159,00

[Signature]
Genilson Medeiros Maia
Prefeito Municipal
CPF: 455.414.244-04

Poder Executivo - Rua Cap. João Florêncio, n.º 45, Centro, São Fernando/RN, Tel. (84) 3428.0004
Site: www.saofernando-rn.gov.br E-mail: pmsefm@gmail.com



PLANO DE TRABALHO 3/3

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE			
Meta	Janeiro	Fevereiro	250.000,00
	Março	Abril	
	Maio		
	Junho		

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
------	-------	--------	----------	---------	----------	----------

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	20.386,33	Março	20.386,33	Abril	20.386,34	Maio		Junho
------	---------	-----------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	------	--	-------

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
------	-------	--------	----------	---------	----------	----------

7 - GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

O gestor e fiscal do Convênio a ser firmado entre a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e o Município de São Fernando será - Sr. Mathheus Peixoto Querino, matrícula 224744-5, CPF n.º 103.938.924-41, nomeado por meio da Portaria n.º 6788, de 11 de dezembro de 2024.

8 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para os efeitos e sob as penas da lei, que existe qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado, na forma deste plano de trabalho.

Declaro que não há impedimento legal em relação a indicação do gestor e fiscal do convênio indicado no tópico 7 deste Plano de Trabalho.

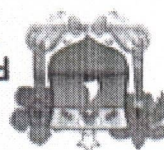
Declaro também que, para fins de conhecimento do Concedente, o acompanhamento técnico e fiscalização da obra ficará a cargo do profissional Engenheiro Civil Paulo Fernandes, inscrito no CREA sob o n.º 2102175723, integrante do Quadro de Servidores Permanentes do Município de São Fernando/RN.

Pede deferimento.

SÃO FERNANDO/RN, 03/01/2025.

Local e Data

Proprietário
 Genilson Medeiros Maia
 CPF: 453.214.244-94



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - CNPJ 08.096.612/0001-11



8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

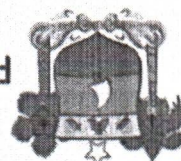
Aprovado,

Natal, de _____ de 2025

Local e Data

Concedente

Poder Executivo - Rua Cap. João Florêncio, n.º 45, Centro, São Fernando/RN, Tel. (84) 3428 0001
Site: www.saofernando.rn.gov.br E-mail: pmstfn@gmail.com



PLANO DE TRABALHO 1/3

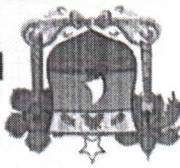
1 - DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Proponente		MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO / PREFEITURA MUNICIPAL		C.G.C.		08.096.612/0001-31	
Endereço		RUA CAPITÃO JOÃO FLORENCIO, N.º 45, CENTRO					
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	FAX	E.A.	MUNICIPAL	
SÃO FERNANDO	RN	59327-000	(84) 3428 - 0001	(84) 3428	- 0001		
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		CAICQ/RN		
	BANCO DO BRASIL S/A	0128-7					
Nome do Responsável		GENILSON MEDEIROS MAIA					
C.I./Órgão Expedidor	Cargo	Função	DE DESPESA	Matrícula			
735.760 - SSP/RN	PREFEITO MUNICIPAL	ORDENADOR	-				
Endereço		AVENIDA CAPITÃO JOSÉ INÁCIO, N.º 576, VITAL GALDINO, SÃO FERNANDO/RN					
C.E.P.		59327-000					

2 - OUTROS PARTICIPES

Nome do responsável e ordenador de C.P.F.		despesas:		GENILSON MEDEIROS MAIA		455.474.244-04	
C.I./Órgão expedidor	Cargo	Função	ORDENADOR	DE			
735.760 - SSP/RN	PREFEITO MUNICIPAL	DESPESA					
Endereço:		AV. CAPITÃO JOSÉ INÁCIO, N.º 576, VITAL GALDINO, SÃO FERNANDO/RN					
CEP		59327-000					

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO



Título do Projeto	
AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL PE. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES, CONFORME PROJETO EM ANEXO.	
PERÍODO DE EXECUÇÃO	
INÍCIO	ABR./2025
TÉRMINO	FEV./2025

Justificativa da Proposição

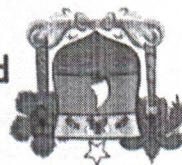
O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN É RESPONSÁVEL, DE ACORDO COM A CARTA MÁGNA DO PAÍS, PELO OFERECIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA CORRESPONDENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL. E NESTE CONTEXTO, AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS PREPAROU-SE PARA EDIFICAR UMA ESTRUTURA FÍSICA CAPAZ DE ATENDER TODAS AS DEMANDAS.

OCCORRE QUE, COM O ADVENTO DO ENSINO NA MODALIDADE INTEGRAL INSTITUÍDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A NECESSIDADE DE ESPAÇO FÍSICO FOI AUTOMÁTICAMENTE AMPLIADA. COM ISSO, O QUE ANTES ERA SATISFATÓRIO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM SÃO FERNANDO, AGORA SE TORNOU INSATISFATÓRIO, A REQUERER MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA PROMOVER A AMPLIAÇÃO FÍSICA DAS UNIDADES ESCOLARES.

A SITUAÇÃO PORDEMAIS ÓBVIA ADUZIDA, SERIA IGUALMENTE RESOLVIDA NÃO FOSSE A DIFICULDADE FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, QUE É DE PEQUENO PORTE, TEM UMA ARRECADAÇÃO ÍNFINITA E NÃO HÁ PERSPECTIVA DE AUMENTAR EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DA MAIORIA DOS CONTRIBUINTES. DAÍ, CONSIDERANDO O MODELO FEDERATIVO E COLABORATIVO ENTRE OS ENTES PÚBLICOS, A IDÉIA DE SE PLEITEAR O CONVÊNIO PARA QUE SE POSSA RESOLVER, COM BREVIDADE, A SITUAÇÃO INSATISFATÓRIA QUE SE ENCONTRA ATUALMENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM ALUNOS FREQUENTANDO AULA EM LOCAIS INADEQUADOS.

COM A PARCERIA, SE RESOLVERA A SITUAÇÃO PROBLEMA QUE SE APRESENTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE UM LADO, E SE CONTRIBUÍRA DECISIVAMENTE PARA A MELHORIA DO NÍVEL DE APRENDIZADO DOS EDUCANDOS, UMA VEZ QUE COM MAIS TEMPO EM SALA DE AULA, A TENDÊNCIA É AMPLIAR O CONHECIMENTO.

Conselho Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de São Fernando
CNPJ: 455.414.244-04



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - 08.096.612/0001-31



PLANO DE TRABALHO 2/3

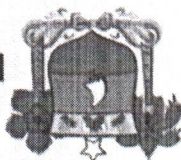
4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico	Quantidade	Início	Duração	Término
01	UNIC A	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ESCOLA PE. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES	VER. PROJETO ANEXO	VER. PROJETO ANEXO	FEV./2025	ABR./2025	

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação	311.159,00	250.000,00	61.159,00
4.4.90.52.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	311.159,00	250.000,00	61.159,00
TOTAL GERAL		311.159,00	250.000,00	61.159,00

Genilson Medeiros Maia
Prefeito Municipal
CPF: 455.414.244-04



PLANO DE TRABALHO 3/3

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	250.000,00					
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
	20.386,33	20.386,33	20.386,33	20.386,34		

Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

7 - GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

O gestor e fiscal do Convênio a ser firmado entre a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer e o Município de São Fernando será - Sr. Matheus Peixoto Querino, matrícula 224744-5, CPF n.º 103.938.924-41, nomeado por meio da Portaria n.º 6788, de 11 de dezembro de 2024.

8 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado, na forma deste plano de trabalho.

Declaro que não há impedimento legal em relação a indicação do gestor e fiscal do convênio indicado no tópico 7 deste Plano de Trabalho.

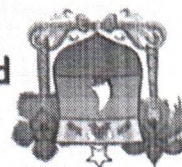
Declaro também que, para fins de conhecimento do Concedente, o acompanhamento técnico e fiscalização da obra ficará a cargo do profissional Engenheiro Civil Paulo Fernandes, inscrito no CREA sob o n.º 2102175723, integrante do Quadro de Servidores Permanentes do Município de São Fernando/RN.

Pede deferimento.

SÃO FERNANDO/RN, 03/01/2025.

Local e Data

PropONENTE
Gentilson Medeiros Maia
CPF: 455.874.244-04



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO
CADASTRONACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS - 08.096.612/0001-31

CEPISAO 2025 - 2028



8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDEnte

Aprovado,

Natal, de de 2025
Local e Data

Concedente



A PERMANECER

A SER EXECUTADO



PROJETO ARQUITETÔNICO

AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PA. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

CONTEUDO:

PLANTA BAIXA DE REFORMA.

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

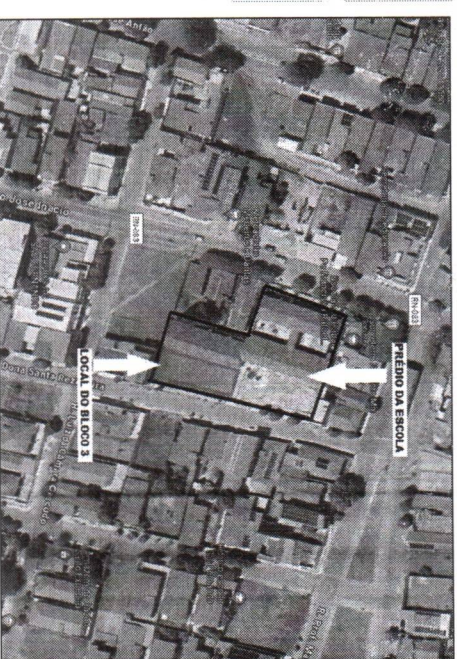
ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS SILVA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA 2117690351

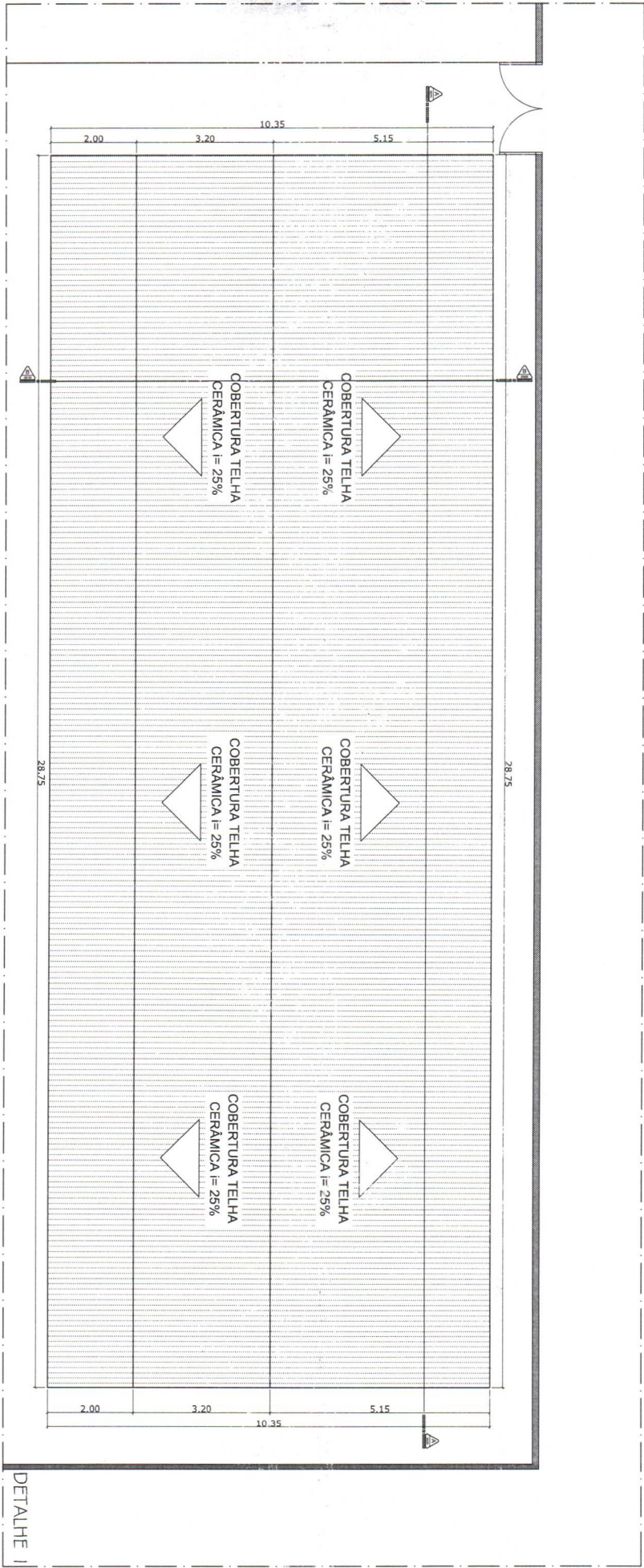
DATA:

PRANCHIA:

 $\frac{1}{4}$ QUADRO DE ESQUADRIAS

0.250	1.500	08	CORIER	WIKO	
1.000	0.400	02	CORIER	WIKO	

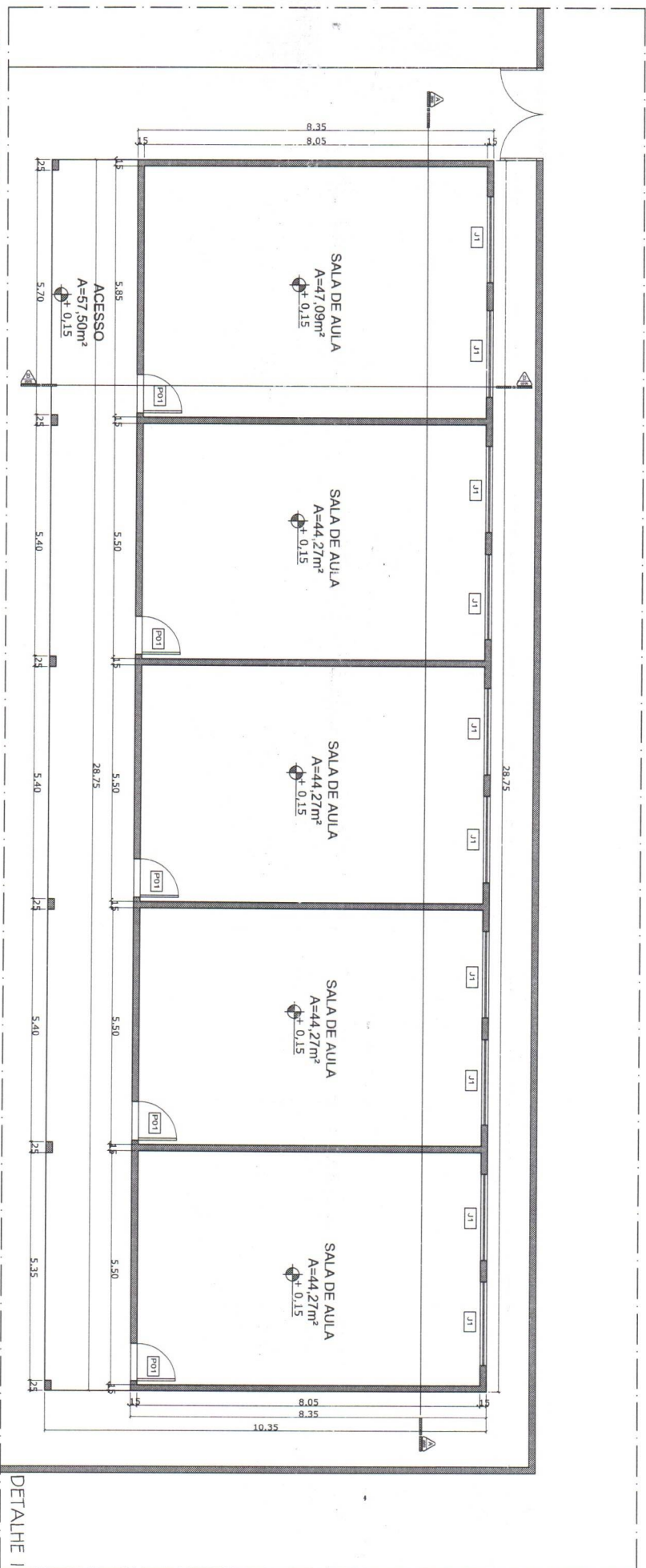




PLANTA DE COBERTURA
ESCOLA MUNICIPAL
ESCALA 1/50

PROJETO ARQUITETÔNICO		CONTEÚDO:	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	DATA:	PRANCHA:
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PA. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES		PLANTA DE COBERTURA	ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA	30/05/2024	2/4
CLIENTE:			ENGENHEIRO CIVIL	ESCALA:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN			CREA 2117690351	INDICADA	
LOCAL:					
SÃO FERNANDO - RN					

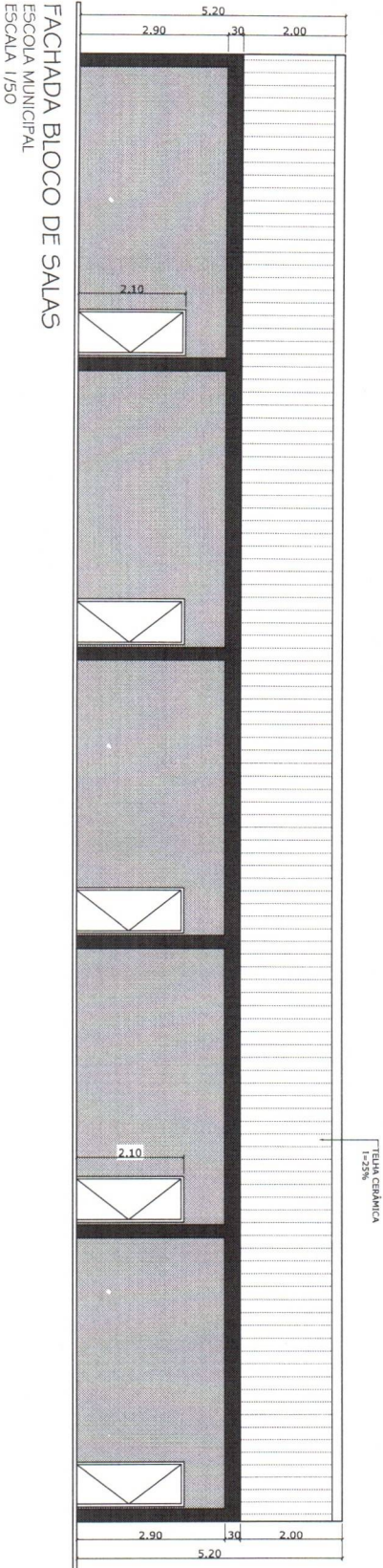
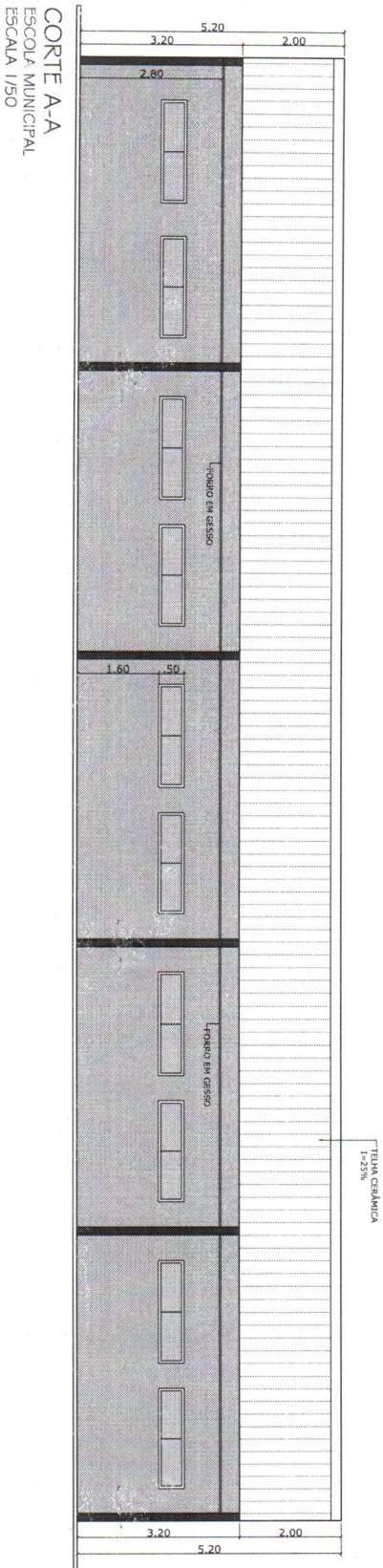
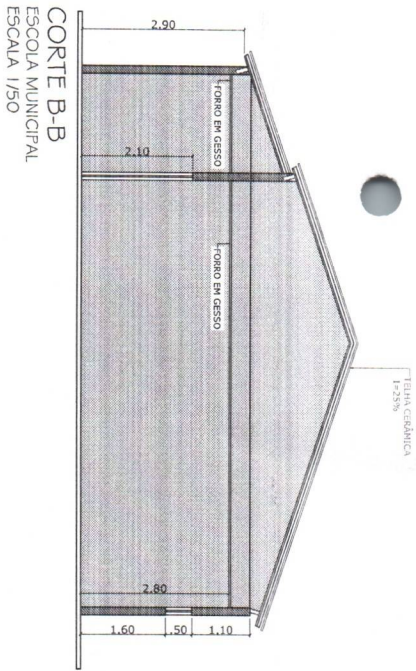




DETALHE 1

PLANTA BAIXA
ESCOLA MUNICIPAL
ESCALA 1/50

PROJETO ARQUITETÔNICO		CONTEÚDO:		RESPONSÁVEL TÉCNICO:		DATA:		PRANCHAS:		30/05/2024	
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL P.A. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES		PLANTA BAIXA		ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA		ESCALA:		3/4			
CLIENTE:		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN		ENGENHEIRO CIVIL		INDICADA					
LOCAL:		SÃO FERNANDO - RN		CREA 2117690351							

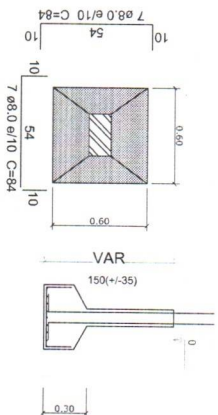


PROJETO ARQUITETÔNICO		CONTEÚDO:	RESPONSÁVEL TÉCNICO:	DATA:	PRANCHAS:
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PA. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES		PLANTA BAIXA DE REFORMA.	ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA	30/05/2024	4/4
CLIENTE:			ENGENHEIRO CIVIL	ESCALA:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN			CREA 2117690351	INDICADA	
LOCAL:					
SÃO FERNANDO - RN					

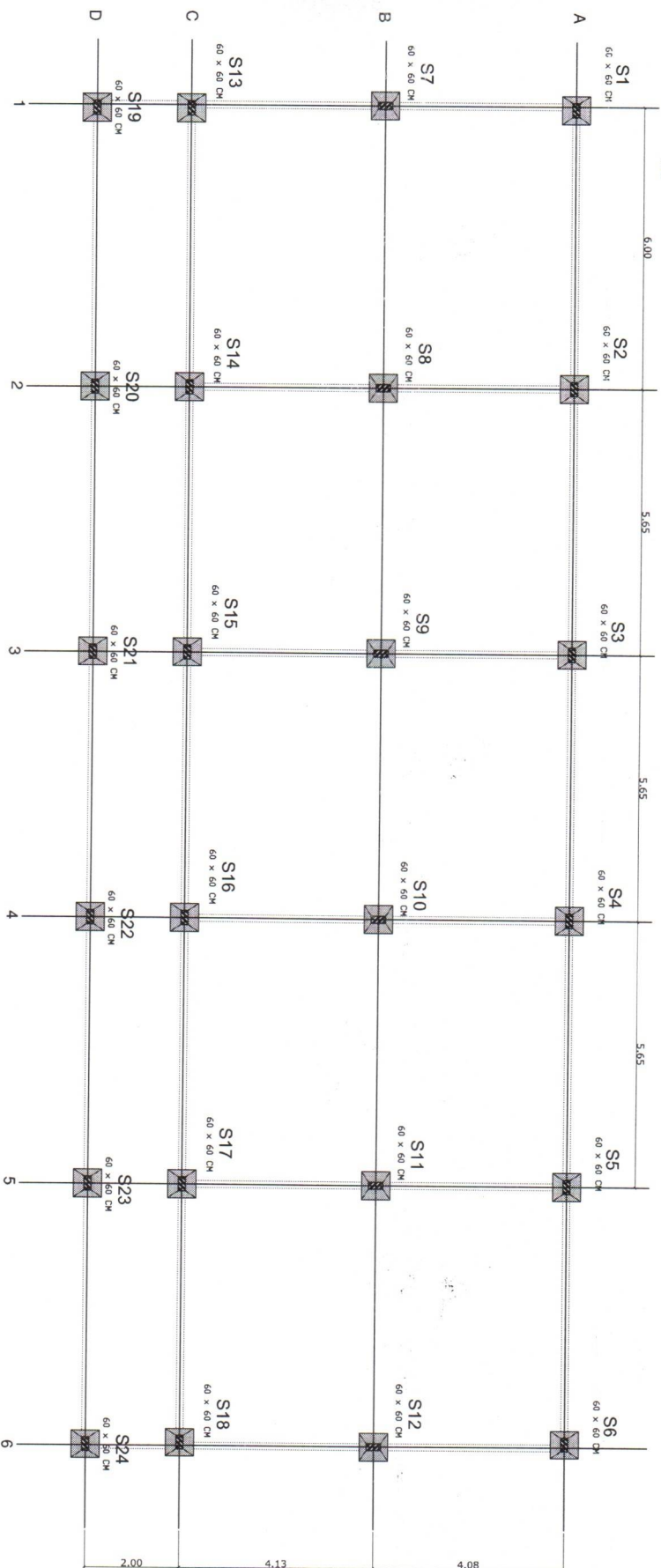


60 X 50

CORTI



S/E



LOCAÇÃO ESTRUTURAL
ESCOLA MUNICIPAL
ESCALA 1/50

AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PA. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

SÃO FERNANDO - RN

PLANTA DE LOCAÇÃO

ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SII VA

ENGENHEIRO CIVIL
CREA 2117690351

30/05/2024

INDICADA

 $\frac{1}{3}$ 

nc y ci

VISTA A

VISTA B



4 Ø8.0

24

05.0 C=72

FL

FUNDACÃO - L1

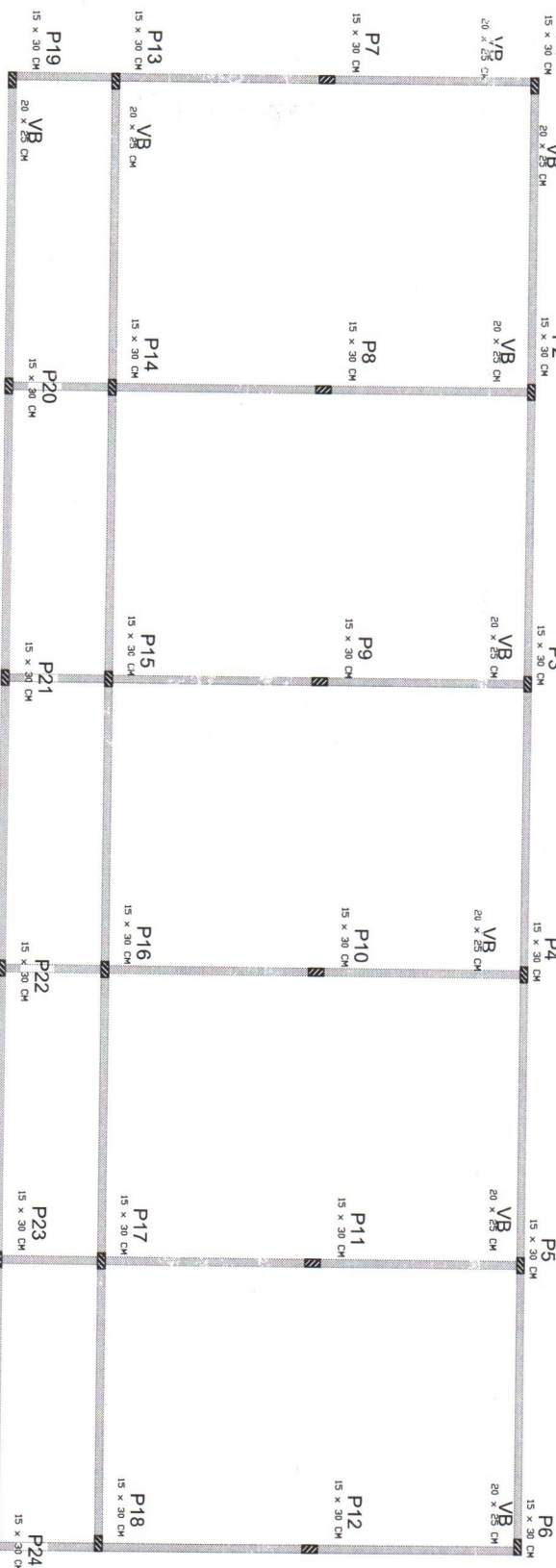
VAR



4 Ø 8.0 C=VAR

$$\frac{\text{VAR}}{4 \text{ c}/12}$$

S/E



PLANTA DE FORMA - BALDRAME

ESCOLA MUNICIPAL
ESCALA 1/50

PROJETO ESTRUTURAL

AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PA. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES

CLIENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

CONCLUSION

PLANTA DE LOCAÇÃO

DETALHAMENTOS

RESPONSABLE TECNICO:

ANDRÉ LUÍS DE MEDEIROS SILVA

ENGENHEIRO CIVIL

CREA 2117690351

DATA:

30/05/2024

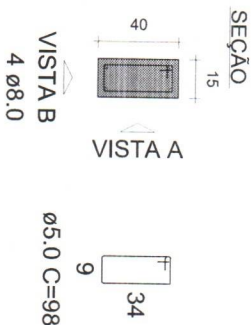
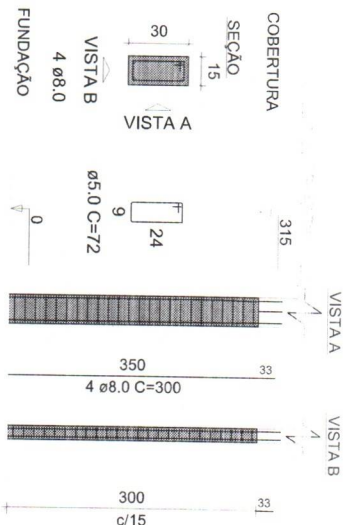
ESCALA:

INDICADA

FRANCHIA:

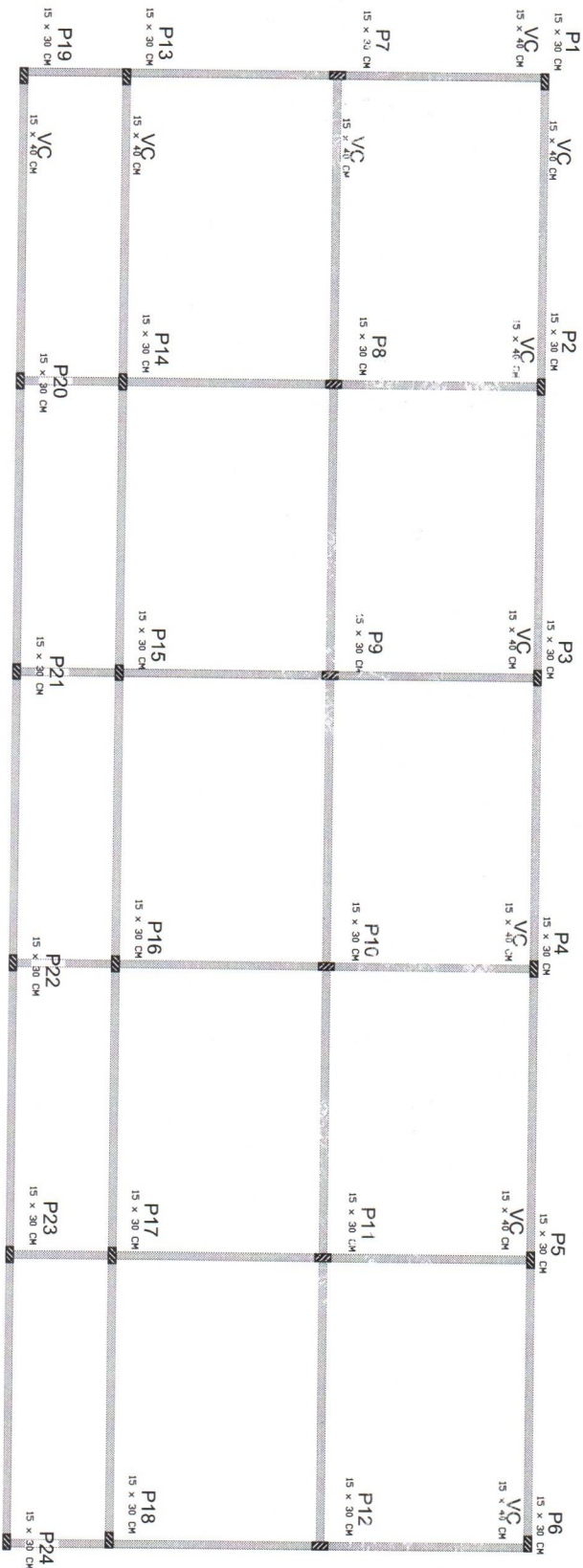
 $\frac{2}{3}$ 

P1=P2...P24
15 X 30



DETALHAMENTO DOS PILARES

DETALHAMENTO DAS VIGAS DA COBERTURA



PLANTA DE FORMA - COBERTURA
ESCOLA MUNICIPAL
ESCALA 1/50

PROJETO ESTRUTURAL

AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PA. FRANCISCO RAFAEL FERNANDES

CLIENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO-RN

LOCAL: SÃO FERNANDO - RN

CONTEÚDO:

PLANTA DE FORMA

DETALHAMENTOS

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

ANDRÉ LUIS DE MEDEIROS SILVA

ENGENHEIRO CIVIL

CREA 2117690351

DATA:

30/05/2024

PRÂNCIA:

3/3

